



Secção Regional dos Açores

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020

Elaborado e aprovado pelo Conselho Diretivo Regional, na Reunião Plenária de 03/03/2021, para submissão à Mesa da Assembleia Regional da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos.

Rua Dr. Vitorino Nemésio, n.º 2 a 4
9500-348 Ponta Delgada
T. +351 296 283 201
acores.geral@ordemdosarquitectos.org

INDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	4
2.1. COMPOSIÇÃO.....	5
2.1.1. Mesa da Assembleia Regional	5
2.1.2. Conselho Diretivo Regional	5
2.1.3. Conselho de Disciplina Regional	5
2.1.4. Assembleia de Delegados.....	5
2.2. CARGOS.....	6
2.3. PELOUROS.....	6
2.3.1. Estrutura, pelouros, áreas temáticas e subtemas	6
2.3.2. Responsáveis	8
3. COMPETÊNCIAS	8
3.1. MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL.....	8
3.2. CONSELHO DIRETIVO REGIONAL.....	9
3.3. CONSELHO DE DISCIPLINA REGIONAL	9
4. FUNCIONAMENTO	10
5. PLANO DE AÇÃO E ATIVIDADES DO CONSELHO DIRETIVO.....	10
5.1. PRINCÍPIOS.....	10
5.2. ATIVIDADES COMUNS.....	11
5.3. REUNIÕES PLENÁRIAS E DE TRABALHO	12
5.3.1. Reuniões plenárias do Conselho Diretivo Regional	12
5.3.2. Reuniões de trabalho do Conselho Diretivo Regional.....	12
5.3.3. Reuniões com o Conselho Diretivo Nacional.....	12
5.3.4. Reuniões de trabalho entre Conselhos Diretivos	13
5.4. PRESIDÊNCIA E SOCIEDADE.....	13
5.4.1. Presidência: representação, promoção e cooperação.....	13
5.5. INSTITUIÇÃO.....	18
5.5.1. Orgânica Interna e Comunicação.....	18
5.5.2. Gestão de Membros.....	20
5.5.3. Gestão Financeira	21
5.6. PROFISSÃO	22
5.6.1. Formação e Valorização	22
5.6.2. Apoio à Prática: técnico e jurídico	23
5.6.3. Concursos e Promoção.....	23
5.6.4. Protocolos e Parcerias.....	24
5.7. ARQUITETURA E SOCIEDADE.....	27
5.7.1. Cultura e Sociedade	27
5.7.2. Arquitetura e Património	28
5.7.3. Ordenamento do Território.....	29

6. CONTRIBUTOS.....	29
7. APOIO AOS OUTROS ÓRGÃOS DA SR-AZO	30
7.1. MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL.....	30
7.2. DISCIPLINA	30
8. PLANO DE ATIVIDADES 2021	31
9. ANEXOS	32

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi um ano de grandes mudanças na orgânica da Ordem dos Arquitectos (OA). Com as eleições ocorridas a 26 de junho e a Tomada de Posse dos novos órgãos sociais a 16 e 17 de julho, a OA passou a ser constituída pelos Órgãos Nacionais e por sete Secções Regionais: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores.

Com enquadramento no Estatuto da Ordem dos Arquitectos (EOA) e no Regulamento de Organização e Funcionamento das Estruturas Regionais e Locais da Ordem dos Arquitectos (ROFERLOA), aprovado na 14.ª Assembleia de Delegados, em 23 de novembro de 2019, a nova orgânica da OA visa:

- a) assegurar o cumprimento das atribuições da OA, estabelecidas no artigo 3.º do EOA, designadamente no que diz respeito à representação dos Arquitetos perante quaisquer entidades públicas e privadas, e outras de natureza cultural e formativa;
- b) inverter a enorme assimetria territorial e populacional do país e da OA;
- c) a necessidade de adequar a atuação da OA aos serviços descentralizados da administração central de nível regional;
- d) a necessidade de promover uma maior aproximação entre os Arquitetos e a Sociedade Civil que integram, em simultâneo com a preocupação de sustentabilidade financeira da instituição;
- e) e ainda a harmoniosa articulação entre as diversas instâncias, nacionais, regionais e locais da OA que significa um valor fundamental a ter em conta.

Esta nova realidade, a criação da Secção Regional dos Açores (SR-AZO) com a descentralização dos poderes até então centralizados em Lisboa, coloca os Arquitetos Açorianos em igualdade de circunstâncias e de direito perante outras organizações congéneres presentes na Região Autónoma dos Açores (RAA), permitindo que todos os arquitetos que residem e trabalham nos Açores se possam mobilizar para obterem melhores condições e contribuírem para o desenvolvimento e construção de um território Açoriano mais equilibrado e sustentável.

Contudo, atendendo a que à data da tomada de posse dos novos órgãos sociais, a OA não tinha instrumentos de gestão administrativa e orçamental aprovados e em vigor para o ano em curso, nomeadamente o Plano de Atividades e Orçamento Geral, provocando uma situação de instabilidade e indeterminação, o que vez com que as atividades ficassem condicionadas.

Assim, o ano de 2020 deve ser entendido como um ano de transição. Embora esta se tenha pretendido implementar sem comprometer as obrigações estatutárias perante o Estado Português e os membros da OA, não deixou de causar impacto.

Por fim, o Relatório de Atividades da SR-AZO, para o ano de 2020, reflete esta situação de transição, considerando o período a partir de 16 de julho, sob a direção dos primeiros órgãos eleitos democraticamente.

2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da SR-AZO eleitos para o triénio 2020-2022, numa candidatura conjunta aos 26 órgãos sociais da OA, são constituídos por Arquitetos efetivos e em pleno direito.

Por inerência, ao abrigo da alínea d) do artigo 20.º do EOA, o Presidente do Conselho Diretivo Regional (CDR) da SR-AZO tem assento no CDN da OA e, ao abrigo do ponto n.º 2 do artigo 18º do EOA, o Presidente da Mesa da Assembleia Regional tem assento na Assembleia de Delegados.

Pelo círculo eleitoral dos Açores, a Região está representada na Assembleia de Delegados por um Delegado, podendo em determinadas circunstâncias ser substituído pela Suplente.

2.1. COMPOSIÇÃO

A composição dos órgãos sociais mantém-se conforme determinado no ato eleitoral, com exceção da Mesa da Assembleia Regional, atendendo ao pedido de demissão da Rita Furtado da Silva, n.º 18283, a 20 de novembro de 2020.

2.1.1. Mesa da Assembleia Regional

Presidente	Igor Tavares de Melo Espínola de França	3060	S. Miguel
Secretário	Pedro Nuno de Brum Vieira Alvernaz	11485	S. Miguel
Secretário	Joana Correia Soares	21293	Faial
Suplente	-	-	-

2.1.2. Conselho Diretivo Regional

Presidente	Nuno Duarte Costa	13380	S. Miguel
Vice-Presidente	Filipa Alexandra Meneses Rocha Bettencourt Picanço	15532	Terceira
Vogal	Pedro Nunes Garcia	16836	Faial
Vogal	Márcia Fabíola Aguiar Mendonça	10018	Terceira
Vogal	Filipe Veríssimo Mota	14501	S. Miguel
Suplente	Mário Jorge Nunes	20426	S. Jorge

2.1.3. Conselho de Disciplina Regional

Presidente	João Pamplona de Bettencourt e Silveira Monjardino	4990	Terceira
Vogal	Andrea Micaela de Sá Pacheco Henrique Marques	15282	S. Miguel
Vogal	Luís Cláudio da Silva Ávila	24442	Pico
Vogal	Mariana Ortins Cardoso Vaz Godinho	14558	Terceira
Vogal	Hernâni Alves Ponte	24315	S. Miguel
Suplente	Marília de Fátima Salvador Hipólito	18731	Flores
Suplente	Bruno Miguel Cardoso Correia	21731	Terceira

2.1.4. Assembleia de Delegados

Delegado	Luís Manuel Martins Tristão	17319	S. Miguel
Suplente	Patrícia de Fátima Vieira D'Andrade	11667	S. Miguel

2.2. CARGOS

Nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do EOA, o CDR da SR-AZO, no uso das suas competências, na sua primeira reunião plenária, que decorreu a 21 de julho de 2020 por videoconferência, atendendo à dispersão geográfica e ausência de recursos financeiros, elegeu por unanimidade os membros do Conselho para os cargos de Secretário e Tesoureiro que se mantém, a saber:

Secretária	Márcia Fabíola Aguiar Mendonça	10018	Terceira
Tesoureiro	Filipe Veríssimo Mota	14501	S. Miguel

2.3. PELOUROS

O CDR da SR-AZO, no uso das suas competências, na sua sexta reunião plenária, que decorreu a 23 de setembro de 2020 por videoconferência, atendendo à dispersão geográfica e ausência de recursos financeiros, aprovou os pelouros e os responsáveis designados, tendo como referência os pelouros do CDN para o presente mandato 2020-2022 e das extintas Secção Regional do Norte e Sul. A proposta aprovada por unanimidade, que se mantém, está estruturada em 4 grupos e apresenta os pelouros, as áreas temáticas, os subtemas, os responsáveis e as equipas.

2.3.1. Estrutura, pelouros, áreas temáticas e subtemas

Estrutura	Pelouros	Áreas Temáticas	Subtemas
Presidência e Sociedade	Presidência (representação, promoção e cooperação)	Representação	
		Intervenção Pública	
		Relações com os outros órgãos	Conselho Diretivo Nacional
			Conselho de Disciplina Regional
			Mesa da Assembleia Regional
		Relações institucionais	Governo Regional
			Autarquias
			Outras instituições organizações regionais
		Relação com instituições culturais	
Instituição	Orgânica Interna e Comunicação	Gestão Administrativa	Secretaria
			Recursos Humanos
			Instalações
			Arquivo
			Portal
		Comunicação	Assessoria de Imprensa
			Tomadas de Posição
			Comunicação Interna
			Website
			Redes Sociais
	Gestão de Membros	Estágio	
		Admissão	

		Qualificações Profissionais	Declarações específicas
		Suspensão	
Profissão	Gestão Financeira	Orçamento	
		Financiamento	
		Tesouraria	
	Formação e Valorização	Plano Único	
		Formação a estagiários	
		Formação contínua	
		Atividades	
	Apoio à prática	Atendimento do apoio à profissão	
		Atendimento jurídico	
		Seguro de Responsabilidade Civil Profissional	
		Enquadramento Legislativo	
		Contratação	
		Bolsa de Emprego	
	Concursos e Promoção	Assessoria na organização de concursos	
		Designação de jurados	
	Protocolos e Parcerias	Protocolos	Protocolos comerciais
			Protocolos institucionais
		Parcerias	
Arquitetura e Sociedade	Cultura e Sociedade	Premiação	
		Exposições	
		Seminários	
		Editorial	
		Biblioteca, Centro Documental, Livraria ou Espólios	
		Educação	
	Arquitetura e Património	Arquitetura	Defesa do direito à arquitetura
		Património Cultural	Planos de Salvaguarda do Património
			Classificação
			Património
		Reabilitação Urbana	
	Ordenamento do território	Políticas Territoriais	Valorização e salvaguarda do território
			Programas especiais
			Programas regionais
			Planos intermunicipais
			Planos municipais
		Sustentabilidade	Promoção da arquitetura como elemento no combate às alterações climáticas

2.3.2. Responsáveis

Estrutura	Pelouros	Responsáveis	Equipa
Presidência e Sociedade	Presidência (representação, promoção e cooperação)	Nuno Costa Filipa Bettencourt	Compete ao presidente delegar, em caso de impedimento ou motivo justificável.
Instituição	Orgânica Interna e Comunicação	Nuno Costa	Márcia Mendonça
	Gestão de Membros	Nuno Costa	Filipa Bettencourt
	Gestão Financeira	Filipe Mota	Nuno Costa
Profissão	Formação e Valorização	Márcia Mendonça	Nuno Costa
	Apoio à prática	Pedro Garcia	Nuno Costa
	Concursos e Promoção	Filipe Mota	Nuno Costa
	Protocolos e Parcerias	Márcia Mendonça	Nuno Costa
Arquitetura e Sociedade	Cultura e Sociedade	Filipe Mota	Nuno Costa
	Arquitetura e Património	Filipa Bettencourt	Nuno Costa
	Ordenamento do território	Filipa Bettencourt	Nuno Costa

3. COMPETÊNCIAS

A SR-AZO da OA, criada nos termos do EOA e do ROFERLOA e composta por eleição dos seus membros ativos, rege o seu funcionamento de acordo com as competências estatutárias preconizados nos artigos 27.º, 29.º e 31.º do EOA, cometidas à Mesa da Assembleia Regional, ao CDR e ao Conselho de Disciplina Regional, respetivamente.

3.1. MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

A composição da Mesa Assembleia Regional rege-se pelo disposto no artigo 26.º do EOA, sendo “constituída por todos os membros inscritos por essa SR-AZO e no pleno exercício dos seus direitos”.

Nos termos do artigo 27.º do EOA, que se transcreve, à Mesa Assembleia Regional compete:

- Eleger e destituir os órgãos regionais;
- Aprovar o plano anual de atividades do CDR e o seu relatório;
- Pronunciar-se sobre assuntos de carácter profissional e associativo;
- Apreciar a atividade dos órgãos sociais regionais e aprovar moções e recomendações de carácter profissional e associativo;
- Pronunciar-se sobre propostas de criação de novas secções regionais;
- Pronunciar-se sobre propostas de alteração estatutária;
- Pronunciar-se sobre os temas do congresso;
- Examinar a gestão financeira do CDR;

- i) Apreciar a atividade associativa na região;
- j) Deliberar sobre a instalação de estruturas locais (delegações e ou núcleos), consoante a sua maior ou menor circunscrição territorial, que por delegação das secções regionais exercem determinados serviços e atividades da quelas, sob proposta do CDR.

Nestes termos, a Mesa Assembleia Regional reúne ordinariamente para apreciar o plano anual de atividades e o respetivo relatório do CDR e com carácter extraordinário sempre que se justifique, convocando com o devido enquadramento legal.

3.2. CONSELHO DIRETIVO REGIONAL

Ao CDR, nos termos do artigo 29.º do EOA, que se transcreve, compete:

- a) Representar a OA na respetiva região, designadamente perante os organismos regionais e locais;
- b) Promover a filiação da respetiva secção em organizações de âmbito regional, nacionais ou estrangeiras, com objetivos afins, ouvido o conselho diretivo nacional (CDN);
- c) Cooperar com os demais órgãos da OA na prossecução das suas atribuições;
- d) Administrar e dirigir os serviços regionais;
- e) Diligenciar pelo respeito e cumprimento do EOA, dos regulamentos e das orientações gerais da OA definidas pelos órgãos nacionais competentes;
- f) Submeter à aprovação da assembleia regional o plano de atividades e o relatório anuais;
- g) Adotar os procedimentos administrativos necessários à cobrança regular das quotas dos membros inscritos na respetiva região, acompanhando e promovendo os processos de execução coerciva;
- h) Cobrar as receitas próprias dos serviços a seu cargo, e autorizar despesas, nos termos do plano geral de atividades e orçamento;
- i) Instruir os processos de inscrição de membros profissionalmente estabelecidos na área da região, para decisão do CDN;
- j) Enviar ao CDN a lista de todos os membros inscritos, para efeitos de registo e concessão do respetivo título profissional;
- k) Prestar serviços aos membros e a outras entidades, designadamente dar assessoria à organização de concursos e nomear representantes de júris;
- l) Constituir comissões de trabalho de âmbito regional e nomear os seus membros;
- m) Pronunciar-se, a solicitação do CDN, sobre projetos de diplomas legislativos e regulamentares;
- n) Pronunciar-se, a solicitação do CDN, sobre propostas do valor da quota a pagar pelos membros e da fórmula de repartição da receita de quotização entre os conselhos diretivo nacional e regionais;
- o) Dar execução às decisões disciplinares dos conselhos de disciplina regionais;
- p) Certificar a inscrição dos membros;
- q) Organizar o estágio profissional, de acordo com EOA, o respetivo regulamento e as orientações do CDN;
- r) Aprovar o respetivo regimento interno.

3.3. CONSELHO DE DISCIPLINA REGIONAL

O Conselho de Disciplina Regional rege-se pelo disposto nos artigos 30.º e 31.º do EOA e demais regulamentos, exercendo os poderes em matéria disciplinar e de deontologia na RAA.

É um órgão independente no exercício das funções, dispondo de dotação própria no orçamento.

Conforme estabelecido no artigo 31.º do EOA, em termos gerais, ao Conselho de Disciplina Regional compete:

- a) Exercer o poder disciplinar em primeira instância sobre os membros da OA com domicílio profissional na RAA;
- b) Arbitrar os conflitos institucionais entre membros ou entre estes e terceiros;
- c) Verificar a conformidade do funcionamento das delegações e núcleos locais com o EOA e regulamento respetivo, caso venham a existir;
- d) Aprovar o respetivo regimento.

No exercício das suas competências o Conselho de Disciplina Regional pode ser apoiado por um jurista designado por aquele.

4. FUNCIONAMENTO

Os órgãos sociais da OA tomaram posse a 16 e 17 de julho de 2020 sem a existência de um Plano de Atividades e Orçamento aprovado para reger as suas atividades, em particular, no que se refere às sete secções regionais.

Nestas circunstâncias, a prioridade foi a reorganização da estrutura interna da OA, de modo a permitir que a nova orgânica entrasse em funcionamento. Assim, foi elaborado e aprovado o **Acordo de Cooperação Interadministrativo**, que reuniu os contributos das sete Secções Regionais e do CDN. Este acordo, celebrado entre os órgãos diretivos e disciplinares da OA para o período entre 16 de julho a 31 de dezembro, foi aprovada na 3.ª Reunião Plenária do CDN, de 26 de agosto de 2020.

A 14 de setembro de 2020, em reunião entre os Presidentes das Secções Regionais abrangidas pelo Acordo, nos termos do n.º 7 do artigo 1º do Acordo de Cooperação Interadministrativo, foram designados os gestores partilhados para os serviços de Secretaria e Admissão, Concursos e Prémios, Formação, Apoio à Prática Profissional e de Apoio Jurídico, conforme documento Proposta de Organização Interna (Gestores e Coordenadores).

Desta forma, ficaram salvaguardados a continuidade da prestação dos serviços aos membros da OA, com o mínimo de perturbações possíveis.

De modo a completar os instrumentos de gestão necessários ao funcionamento da OA, foi elaborado o Plano Geral de Atividades e Orçamento 2020, que também reuniu os contributos das sete Secções Regionais e do CDN. Foi enviado para apreciação, aprovação e emissão de parecer do Concelho Fiscal. Posteriormente, foi remetido para discussão e aprovação em Assembleia de Delegados, tendo sido aprovado por maioria na 2.ª reunião da Assembleia de Delegados, de 21 de novembro de 2020.

Tratou-se de um regime provisório e transitório, de modo a colmatar as necessidades de instalação das novas secções regionais, garantindo a continuidade dos serviços prestados aos membros, a manutenção dos postos de trabalho dos colaboradores e a otimização dos recursos financeiros da OA, esperando-se que em 2021, a otimização da gestão financeira seja uma realidade para a administração eficaz de cada secção regional.

5. PLANO DE AÇÃO E ATIVIDADES DO CONSELHO DIRETIVO

5.1. PRINCÍPIOS

A atividade do CDR, no período que decorre entre 16 de julho, data da tomada de posse, e 31 de dezembro, centrou-se em:

- a) Garantir a continuidade dos serviços prestados pela extinta Secção Regional Sul, em articulação com o CDN;
- b) Tomar conhecimento dos procedimentos e regulamentos inerentes às competências que lhe foram cometidas, na prossecução dos serviços prestados pela extinta Secção Regional Sul;
- c) Tomar conhecimento dos processos pendentes relativos aos membros e que requerem a melhor atenção à resolução;
- d) Responder às solicitações dos membros e externas, designadamente com o envio de contributos sobre revisão legislativa e implementação de programas de âmbito nacional e regional;
- e) Identificação das necessidades à implantação da SR-AZO.

5.2. ATIVIDADES COMUNS

Sob a coordenação do CDN, e por meio dos serviços partilhados, as atividades comuns às novas sete Secções Regionais da OA, caracterizam-se por:

- a) Implementação da Secção Regional da OA, garantindo que a prestação de serviços definidos no EOA decorre dentro da normalidade, pautando por uma transição, uma reorganização e uma estruturação da nova orgânica da OA o mais eficaz e operativa possível, com o menor impacto na relação já estabelecida com os membros;
- b) Plataforma e Formação E-learning - dando seguimento à implementação da plataforma E-learning ocorrida em 2019, pretende-se alargar a oferta de formações on-line a todos os membros;
- c) Portal dos Arquitectos - pretende-se continuar a desenvolver e melhorar os serviços prestados e a prestar aos Arquitectos, como o verdadeiro Balcão Único Virtual da OA;
- d) Cédula Profissional - a OA disponibiliza um documento identificativo com a visualização através de código QR ou código de autenticação (no Portal dos Arquitectos), que permite verificar a situação profissional dos membros. Importa regular o uso desta cédula em regulamento próprio e monitorizar a sua eficácia;
- e) E-mail Profissional - a OA disponibiliza e-mails profissionais para os membros que o requeiram;
- f) Cartão de Saúde - a OA disponibiliza um cartão de saúde a todos os membros que o requeiram;
- g) Comemorações do Dia Mundial da Arquitetura - as comemorações do Dia Mundial da Arquitetura decorrerão ao longo do mês de outubro, sem prejuízo das iniciativas promovidas exclusivamente pela SR-AZO.

Neste sentido, foram diagnosticadas um conjunto de áreas e iniciativas a implementar no corrente mandato 2020-2022.

Tendo sempre em consideração que a OA é uma entidade única, que deve ser detentora de uma só voz, foram aprovados ou realizadas pelo CDN propostas transversais a todos os órgãos da OA, das quais destacamos:

- a) Contrato para a prestação de serviços de Assessoria Informática da OA;
- b) Contrato para a prestação de serviços de Assessoria de Comunicação da OA;
- c) Metodologia para a emissão de quota anual da OA no ano de 2021;
- d) Procedimento de Ajuste Direto para a prestação de serviços de Cloud, Segurança e Conectividade;
- e) Ajudas de Custo a serem suportadas pela OA na deslocação de Membros Eleitos de todos os órgãos sociais, Nacionais e Regionais, aplicando-se o preconizado na lei geral;

f) Criação de um único website comum.

5.3. REUNIÕES PLENÁRIAS E DE TRABALHO

Na prossecução das suas competências atribuídas pelo EOA, foram realizadas diversas reuniões plenárias e de trabalho entre os diversos órgãos sociais, regionais e nacionais, da OA.

Sem prejuízo de outras, foram realizadas as reuniões que se passam a explicar nos subpontos seguintes.

5.3.1. Reuniões plenárias do Conselho Diretivo Regional

Na prossecução das suas competências, sob convocatória do seu Presidente, o Conselho reuniu em plenária, para deliberar sobre os assuntos em curso, em:

- 1.ª Reunião plenária – 21 de julho de 2020;
- 2.ª Reunião plenária – 17 de agosto de 2020;
- 3.ª Reunião plenária – 20 de agosto de 2020;
- 4.ª Reunião plenária – 01 de setembro de 2020;
- 5.ª Reunião plenária – 15 de setembro de 2020;
- 6.ª Reunião plenária – 23 de setembro de 2020;
- 7.ª Reunião plenária – 13 de outubro de 2020;
- 8.ª Reunião plenária – 03 de novembro de 2020;
- 9.ª Reunião plenária – 17 de novembro de 2020;
- 10.ª Reunião plenária – 22 de dezembro de 2020.

Importa referir que, em algumas destas reuniões, foram convidados os Presidentes da Mesa da Assembleia Regional e do Conselho de Disciplina Regional, para articular atividades e reunir contributos.

5.3.2. Reuniões de trabalho do Conselho Diretivo Regional

Para analisar os assuntos a submeter à aprovação em plenária, fazer o balanço periódico da sua atividade e organizar algumas atividades, o CDR Regional reuniu semanalmente, salvo por motivo não justificado.

Em algumas destas reuniões, estiveram presentes os Presidentes da Mesa da Assembleia Regional e do Conselho de Disciplina Regional, para articular atividades e reunir contributos.

5.3.3. Reuniões com o Conselho Diretivo Nacional

Por inerência, o Presidente do Conselho Diretivo Regional é membro do CDN, tendo participado nas reuniões plenárias, a saber:

- 1.ª Reunião plenária – 20 de julho de 2020;
- 2.ª Reunião plenária – 07 de agosto de 2020;
- 3.ª Reunião plenária – 26 de agosto de 2020;
- 4.ª Reunião plenária – 04 de setembro de 2020;
- 5.ª Reunião plenária – 25 de outubro de 2020;
- 5.ª Reunião plenária – continuação – 30 de outubro de 2020;
- 6.ª Reunião plenária – 06 de novembro de 2020;

- 7.ª Reunião plenária – 04 de novembro de 2020;
- 8.ª Reunião plenária – 23 de dezembro de 2020.

Na sua tomada de posição, em relação a assuntos decisivos à implementação e funcionamento da SR-AZO, foram ouvidos os membros do respetivo CDR.

5.3.4. Reuniões de trabalho entre Conselhos Diretivos

Na prossecução das competências, realizaram-se diversas reuniões de trabalho com a presença de representantes do CDN e das Secções Regionais, nomeadamente entre:

- Presidentes das Secções Regionais;
- Tesoureiros das Secções Regionais e CDN
- Secretários das Secções Regionais e CDN
- Pelouro da Formação - Secções Regionais e CDN.

5.4. PRESIDÊNCIA E SOCIEDADE

5.4.1. Presidência: representação, promoção e cooperação

A atividade da Presidência, assente nos princípios da **Representação, Promoção e Cooperação**, centrou-se em aspetos relacionados com a implementação da SR-AZO, tanto ao nível interno, como desta com as restantes Secções Regionais e com o CDN.

Porém, cabendo à Presidência da SR-AZO garantir a representatividade da OA na RAA, junto dos órgãos de soberania regionais, de poder local e instituições ou organizações existentes na Região, foram promovidas audiências com diferentes instituições regionais, como forma de dar a conhecer a recém-criada Secção Regional e estabelecer contactos para possíveis parcerias.

Estas audiências, organizadas pelo CDR em articulação com os Presidentes da Mesa da Assembleia Regional e do Conselho de Disciplina Regional, revelaram-se manifestamente proveitosas, atendendo ao estabelecimento de boas relações institucionais e às parcerias e/ou iniciativas que se iniciarão ou que se poderão vir a desenvolver nos próximos anos.

A todas as entidades que receberam os membros da SR-AZO foi enviada uma comunicação de agradecimento, reforçando a disponibilidade de cooperação institucional e a informar os contactos da SR-AZO.

Foi igualmente enviado um email às Secretarias e Direções do GRA, às Juntas de Freguesia dos Açores, entre outras entidades, a dar a conhecer a criação da SR-AZO da OA, a informar os seus contactos e a mostrar a sua disponibilidade de cooperação mútua, acompanhada de uma mensagem sobre a missão da Secção.

Por motivos alheios ao CDR, não chegaram a se realizar as audiências com os presidentes da:

- Câmara Municipal das Velas;
- Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores;
- Câmara Municipal de S. Roque do Pico.

Nestas audiências de Apresentação de Cumprimentos, em termos genéricos, foram abordados os seguintes assuntos:

- a) As competências da OA, no autorregular e dignificar a profissão de Arquitecto, enquanto profissional detentor de conhecimento científico e cujo exercício exige independência técnica, assim como, o seu papel enquanto entidade que representa e/ou substitui o

Estado na defesa, valorização e promoção da paisagem, do ambiente, do património edificado e do direito à Arquitetura, recursos são indissociáveis à qualidade de Vida, pela sua função social e cultural, com o objetivo de garantir a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento sociocultural desejável e sustentável;

- b) A composição dos órgãos que constituem a Secção, bem como, os respetivos Presidentes e membros que integram os diferentes órgãos, salientando a sua dispersão geográfica como fator de representatividade e coesão;
- c) A vontade da realização do Congresso os Açores, sendo abordado exclusivamente ao GRA;
- d) A necessidade de se implementar uma Plataforma Digital comum aos 19 municípios, por razões que se prendem com a simplificação, agilização e maior transparência dos respetivos procedimentos, com vantagens para os munícipes, projetistas e autarcas, e que o COVID 19 veio a mostrar a urgência na sua adoção (previsto na lei 60/2007);
- e) A criação de mecanismo para promover a Reabilitação Urbana, como fator decisivo para a qualidade de vida e complementar ao património natural;
- f) A implementação e valorização dos Planos de Salvaguarda do Património, necessárias à respetiva salvaguarda e tomada de decisão por parte das entidades competentes;
- g) A valorização do Planeamento Urbano e Intermunicipal, para melhor gestão e qualificação do território e potenciar reaproveitamento e a rentabilização de recursos, com repercussão no desenvolvimento socioeconómico;
- h) Os Concursos Públicos, como forma de melhorar as intervenções, valorizar a arquitetura e/ou o espaço urbano, democratizar o acesso à profissão, gerar debate de ideias e criar massa crítica;
- i) A necessidade de se valorizar a Arquitetura e o Arquiteto, dotando ou reforçando os quadros municipais com Arquitetos (Artigo 5º da lei 31/2009) e eventual reforço na fiscalização de obras;
- j) E que a Secção Regional encara as diversas entidades regionais e locais como parceiras na resolução e construção do território e do desenvolvimento da sociedade e modernização, e, como tal, a Secção deve ser encarado como um órgão consultivo e independente e que está disponível para dar apoio em todos os assuntos que a ele diz respeito.

5.4.1.1. Audiências presenciais

Das audiências presenciais, temos a destacar:

- **Governo Regional dos Açores, presidido pelo Dr. Vasco Cordeiro**, a 11/09/2020, às 16h00, estando o representante da OA na Região, nos termos da alínea a) do art. 29-º do EOA, Arq. Nuno Costa, Presidente do CDR. Destaca-se a abertura para cooperarem em diversas iniciativas, nomeadamente na realização do Congresso e cedência de instalações condignas para a Sede da SR-AZO, embora o Presidente do Governo tenha referido que estão agendadas eleições para 25 de outubro e que o futuro está em aberto;

- **Direção Regional da Ciência e Tecnologia**, sendo Diretor Regional o Eng. Bruno Pacheco, a 15/10/2020, às 16h30, estando o representante da OA na Região, Arq. Nuno Costa, Presidente do CDR. Destaca-se a abertura para cooperar e integrar o grupo de trabalho para, em conjunto com outras entidades, se elaborar eventual portaria para implementação da plataforma digital única nas 19 autarquias da RAA, para uniformização e agilização de procedimentos administrativos relativos à instrução de obras particulares, assim como, na celebração de parcerias que sejam do interesse de ambas as entidades;

- **Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e Câmara Municipal da Lagoa**, presididas pela Dra. Cristina Calisto, a 02/09/2020, às 09h30, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pelo Presidente da Mesa da Assembleia Regional, Arq. Igor Espínola de França. Foi proposta a criação de um grupo de trabalho para elaboração de uma Portaria para obrigatoriedade da implementação da Plataforma Digital prevista na lei n.º 31/2007 (RJUE) comum nas 19 autarquias da RAA;
- **Câmara Municipal de Vila Franca do Campo**, presidida pelo Dr. Ricardo Rodrigues, a 02/09/2020, às 14h30, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pelo Presidente da Mesa da Assembleia Regional, Arq. Igor Espínola de França – Destaca-se o facto de a Câmara estar a ponderar avançar com a implementação da plataforma digital, bem como, ter manifestado abertura para a elaboração de Concurso de Ideias;
- **Câmara Municipal Angra do Heroísmo**, presidida pelo Doutor Álamo de Meneses, a 02/09/2020, às 14h30, estando a SR-AZO representada pela Vice-presidente do CDR, Arq.ª Filipa Bettencourt, e pelo Presidente do Conselho de Disciplina Regional, Arq. João Monjardino. Destaca-se a disponibilidade de reunir com o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, para desenvolverem iniciativas conjuntas com intuito de potenciar e otimizar recursos;
- **Câmara Municipal da Praia da Vitória**, presidida pelo Dr. Tibério Dinis, a 03/09/2020, às 14h00, estando a SR-AZO representada pela Vice-presidente do CDR, Arq.ª Filipa Bettencourt, e pelo Presidente do Conselho de Disciplina Regional, Arq. João Monjardino. Destaca-se que já foi lançado um concurso para implementação da plataforma digital;
- **Câmara Municipal da Ribeira Grande**, presidida pelo Dr. Alexandre Gaudêncio, a 09/09/2020, às 15h00, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pelo Tesoureiro do CDR, Arq. Filipe Mota. O Presidente da Câmara assumiu o compromisso de avançar com um concurso de ideias;
- **Câmara Municipal da Horta**, presidida pelo Dr. José Leonardo Silva, a 09/09/2020, às 14h30, estando a SR-AZO representada pelo Vogal do CDR, Arq. Pedro Garcia, e pela Suplente da Mesa da Assembleia, Arq.ª Joana Soares. Destaca-se o facto de que a Câmara está a ponderar avançar com a implementação da plataforma digital, bem como, a necessidade de se suprir as necessidades do quadro da Câmara com arquitetos;
- **Câmara Municipal de Ponta Delgada**, presidida pela Dra. Maria José Lemos Duarte, a 15/09/2020, às 09h00, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pelo Tesoureiro do CDR, Arq. Filipe Mota. Destaca-se o facto da Presidente da Câmara ter assumido o compromisso de avançar com um concurso de ideias, conforme nota de imprensa, bem como, analisar a possibilidade da celebração de um acordo ou protocolo para cedência de um espaço para instalação da SR-AZO;
- **Câmara Municipal do Nordeste**, presidida por António Borges Soares, a 17/09/2020, às 15h00, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pelo Tesoureiro do CDR, Arq. Filipe Mota. O Presidente manifestou abertura para a elaboração de Concurso de Ideias, entre outras iniciativas;
- **Câmara Municipal da Provocação**, presidida por Pedro Nuno Sousa Melo, a 22/09/2020, às 10h30, acompanhado pelo Vice-presidente, Alberto Ricardo Bulhões, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pelo Tesoureiro do CDR, Arq. Filipe Mota. O Presidente manifestou abertura para a elaboração de Concurso de Ideias, entre outras iniciativas;
- **Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros**, presidida pela Engenheira Teresa Costa, na sede da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros a 24/09/2020, às

11h30, estando o representante da OA na Região, nos termos da alínea a) do art. 29-º do EOA, Arq. Nuno Costa, Presidente do CDR. Destaca-se a total abertura e espírito de cooperação para integrar o grupo de trabalho para, em conjunto com outras entidades, se elaborar eventual portaria para implementação da plataforma digital única nas 19 autarquias da RAA, para uniformização e agilização de procedimentos administrativos relativos à instrução de obras particulares, dando prossecução ao estabelecido na lei n.º 60/2007, que tornará a RAA pioneira a nível nacional, assim como, na criação e implementação de parcerias que sejam do interesse de ambas Profissões, umas fez que estão quase sempre ligadas no seu campo de atuação;

- **Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros Técnicos**, presidido pelo Engenheiro Luís Santos, na sede da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros Técnicos a 26/10/2020, às 17h00, estando o representante da OA na Região, nos termos da alínea a) do art. 29-º do EOA, Arq. Nuno Costa, Presidente do CDR. Destaca-se total abertura e espírito de cooperação para integrar o grupo de trabalho para, em conjunto com outras entidades, se elaborar eventual portaria para implementação da plataforma digital única nas 19 autarquias da RAA, para uniformização e agilização de procedimentos administrativos relativos à instrução de obras particulares, dando prossecução ao estabelecido na lei n.º 60/2007, que tornará a RAA pioneira a nível nacional, assim como, na criação e implementação de parcerias que sejam do interesse de ambas Profissões, uma vez que estão quase sempre ligadas no seu campo de atuação.

5.4.1.2. Audiências por videoconferência:

Das audiências realizadas por videoconferências, atendendo à dispersão geográfica e ausência de recursos financeiros, temos a destacar:

- **Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa**, presidida pelo Prof. Manuel Avelar Cunha Santos, a 23/09/2020, às 11h00, acompanhado pelo Arq. Ricardo Mendonça, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pela Vice-presidente do CDR, Arq.ª Filipa Bettencourt. O Presidente manifestou sensibilidade pelas questões do património e planeamento urbano, bem como, abertura para cooperar em promover indicativas conjuntas, nomeadamente no Concurso de Ideias;

- **Câmara Municipal das Lajes das Flores**, presidida pelo Dr. Luís Carlos Martins Maciel, a 23/09/2020, às 15h00, estando a SR-AZO representada pela Vice-presidente do CDR, Arq.ª Filipa Bettencourt. O Presidente manifestou abertura para cooperar em promover indicativas conjuntas, nomeadamente no Concurso de Ideias;

- **Câmara Municipal da Calheta de S. Jorge**, presidida pelo Dr. Décio Natálio Almada Pereira, estando em sua representação a Vereadora Vanda Oliveira, a 24/09/2020, às 10h00, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pelo Vogal do CDR, Arq. Pedro Garcia. A Vereadora informou que a autarquia não dispõe ao seu serviço Arquitectos, inclusive na apreciação de Projetos de Arquitetura no departamento de obras particulares (engenheiro, topógrafo e jurista), embora tenha manifestado abertura para rever esta situação e cooperar na promoção de iniciativas conjuntas, nomeadamente no Concurso de Ideias;

- **Câmara Municipal da Madalena**, presidida pelo Dr. José António Marques Soares, a 24/09/2020, às 15h00, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa. O Presidente manifestou abertura para cooperar em promover iniciativas conjuntas, nomeadamente no Concurso de Ideias;

- **Camara Municipal de Vila do Corvo**, presidida pelo Dr. José Manuel Alves da Silva, a 25/09/2020, às 10h00, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno

Costa, e pela Secretário do CDR, Arq.ª Márcia Mendonça. O presidente informou que os serviços de Arquitetura no município estão assegurados pela *Arquiangra, Arquitetura e Engenharia Lda*, atendendo à ausência e não se justificar a integração de um Arquiteto no quadro de pessoal da autarquia, face ao número de licenciamentos que é extremamente residual; referiu também estar extremamente satisfeito com a implementação do Ecomuseu, estando numa fase de reabilitação do parque habitacional, bem como, ter manifestado total disponibilidade para cooperar e promover iniciativas conjuntas, nomeadamente o Concurso de Ideias;

- **Camara Municipal de Vila do Porto**, presidida pelo Dr. Carlos Rodrigues, a 25/09/2020, às 11h00, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pela Secretário do CDR, Arq.ª Márcia Mendonça. O presidente informou que os serviços de Arquitetura no município estão assegurados pelo Arq. Paulo Macedo, atendendo à ausência de um Arquiteto no quadro de pessoal da autarquia, embora pretenda voltar a abrir um concurso por preenchimento de 1 vaga para 1 arquiteto, bem como, ter manifestado total disponibilidade para cooperar e promover iniciativas conjuntas, nomeadamente o Concurso de Ideias;

- **Câmara Municipal das Lajes do Pico**, presidida por Roberto Silva, estando em sua representação a Vereadora Isabel Nunes, a 07/10/2020, às 09h00, estando a SR-AZO representada pelo Presidente do CDR, Arq. Nuno Costa, e pela Secretário do CDR, Arq.ª Márcia Mendonça. A Vereadora informou que a autarquia dispõe ao seu serviço Arquitetos, está a promover “Escola de Verão de Arquitetura Tradicional, Açores 2020”, uma iniciativa da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto com a Fundação Serra Henriques, e disponibilidade em cooperar na promoção de iniciativas conjuntas, nomeadamente no Concurso de Ideias.

5.4.1.3. Outras intervenções

Por solicitação de entidades externas realizaram-se outras reuniões, a destacar:

- Foi recebido o representante da Revigrés, Pedro Tarouco, acompanhado por Igor Oliveira, comercial na empresa Furnas&Companhia, Lda., que pretendem desenvolver ações conjuntas;

- Foi recebido o responsável pela associação VidAçor, uma associação de cariz social da Vila de Rapo de Peixe, acompanhado por um arquiteto, interessados em promover a reabilitação de um conjunto de moradias unifamiliares na referida Vila, uma localidade com graves problemas sociais, culturais e económicos que, infelizmente, não se poderá enquadrar no programa Bairros Saudáveis, coordenado pela arquiteta Helena Roseta, por não abranger as Regiões Autónomas, atendendo ao teor da resolução do Conselho de Ministros;

- No âmbito do projeto W@ARCH.PT, Architectas em Portugal: construção da visibilidade, 1942-1986, a desenvolver-se no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG/ISCSP-ULisboa), que estuda a presença das mulheres arquitetas em Portugal no desenvolvimento da prática arquitetónica, investigação e ensino no país, foi solicitado a nossa colaboração na identificação das arquitetas naturais e/ou a residir na RAA, formadas até 1986, tendo sido dada resposta;

- Contacto por parte de membros da *Architects Declare Portugal*, a propósito da declaração *Architects Declare Climate & Biodiversity Emergency* publicada online no Reino Unido. Esta iniciativa, sem fins lucrativos, surgiu como um apelo aos arquitetos para a proteção do nosso meio-ambiente, no combate às alterações climáticas e declínio da biodiversidade que se tem verificado nas últimas décadas a uma escala mundial. Assim, a 16 de dezembro, em resposta ao email que nos foi dirigido, reconhecendo a importância do movimento à escala global e dando continuidade ao manifestado pela presidente da extinta Secção Regional Sul da OA, Arq. Paula Torgal, foi manifestado o interesse de sermos um membro fundador, com o intuito de estarmos

ao corrente das iniciativas e divulgarmos junto dos nossos membros e nos canais de comunicação que dispomos.

5.5. INSTITUIÇÃO

5.5.1. Orgânica Interna e Comunicação

É da competência dos responsáveis pelo pelouro da Orgânica Interna e Comunicação a gestão administrativa e a comunicação com os membros e a sociedade, no geral.

5.5.1.1. Gestão Administrativa

Na sua abrangência, temos:

A. Serviços de Secretaria

Os serviços de secretaria, que protagonizam o principal veículo para o atendimento presencial, aos membros, estagiários, candidatos e público em geral, a par do atendimento telefónico ou eletrónico, é assegurado, em primeira instância, pela colaboradora da SR-AZO, Lúcia Ferreira.

O horário que cumpre, a tempo parcial, está manifestamente aquém das necessidades para a execução de todas as solicitações, pelo que tem sido feito um esforço acrescido, por parte da colaboradora e dos membros efetivos do CDR, para que tudo seja cumprido de forma eficaz e atempada.

Para além do atendimento na sede da SR-AZO, os serviços prestados aos membros foram assegurados em conjunto com os serviços partilhados da OA, ao abrigo do clausulado no Acordo de Cooperação Interadministrativo.

B. Recursos Humanos

A SR-AZO tem ao seu serviço uma colaboradora, a tempo parcial.

A situação dos Recursos Humanos voltará a ser avaliada no próximo ano, prevendo-se a possibilidade de aumentar o número de horas de serviço e contratar um novo colaborador.

C. Qualificação dos Recursos Humanos

Sendo de grande importância a valorização e qualificação permanente dos recursos humanos, e atendendo a uma solicitação por parte do Concelho Diretivo Nacional para a inscrição dos colaboradores e órgãos sociais do CDR no curso “Introdução ao Regulamento Geral de Proteção de Dados” promovido pela OA, a colaboradora Lúcia Ferreira e a vogal do CDR Márcia Mendonça frequentaram, com aproveitamento, a referida formação, que ocorreu, em regime e-learning, durante o mês de dezembro de 2020.

D. Instalações

A sede da SR-AZO, sita à na rua Dr. Vitorino Nemésio, n.º 2 a 4, 9500-348 Ponta Delgada, foi mantida nas devidas condições, nomeadamente no que se refere à limpeza.

E. Arquivo

O arquivo da atividade do CDR tem sido arquivado na sede, em suporte papel e informático, encontrando-se à responsabilidade da colaboradora.

F. Portais informáticos

Foi assegurado e monitorizado o funcionamento dos portais informáticos da OA pelos órgãos diretivos, nacional e regionais, nomeadamente o Portal dos Arquitectos, o Gestor de Membros, o programa ERP Primavera e o IPortaldoc – Gestor Documental.

Neste âmbito, veja-se o ponto 5.2 - ATIVIDADES COMUNS do presente documento.

5.5.1.2. Comunicação

Os responsáveis pelo pelouro da Comunicação têm desenvolvido a sua atividade de modo a promover e divulgar, junto dos membros da OA e do público em geral, iniciativas e informações consideradas relevantes para a atividade profissional do Arquitecto, contribuindo para o conhecimento generalizado de aspetos relacionados com o setor da arquitetura.

Com este intuito, a comunicação abrange:

- a) Assessoria de Imprensa, dispondo atualmente de serviços partilhados, ao abrigo do Acordo de Cooperação Interadministrativo;
- b) Tomadas de Posição, relativamente aos assuntos públicos respeitantes à Associação, à Profissão e à Arquitetura;
- c) Comunicação Interna, que por sua vez abrange processos administrativos, regimentos e comunicação aos membros;
- d) Website, dando preferência que a seja criado um único website da OA, em articulação com as restantes secções regionais e órgãos nacionais;
- e) Redes sociais, onde deverão ser publicadas as atividades da SR-AZO, a par de outras consideradas relevantes que sejam referentes a outras Secções Regionais e aos Órgãos Nacionais da OA, com o objetivo de comunicar com os Membros e a Sociedade, no geral.

Neste âmbito, temos:

A. Redes sociais

Com o intuito de gerar uma comunicação direta e interativa com os seus membros e com o público em geral, foi criada uma página na plataforma Facebook, Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, que poderá ser visitada em <https://www.facebook.com/oa.srazo>.

Nesta, são divulgadas as iniciativas da SR-AZO ou de outros órgãos da OA ou de outras entidades, com os conteúdos considerados relevantes para o exercício da Profissão, nas suas diversas vertentes, e a valorização da Arquitetura.

B. Divulgação de pedidos externos

Sempre que solicitado e se julgue de interesse para os membros, são divulgadas informações ou iniciativas várias, a serem remetidas por carta, correio eletrónico ou divulgadas através da rede social da SR-AZO, a saber:

- Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança – Edição 2020-2022, uma iniciativa promovida em parceria entre a SGS Academy e a Universidade dos Açores;
- Especialização avançada pós-universitária em psicologia da arquitetura e do ambiente, promovida pelo Instituto Português de Psicologia e outras Ciências;
- "Catálogo de Materiais Endógenos dos Açores Aplicados na Construção", de pertinência no sector da construção civil e obras públicas da Região, com o objetivo de incrementar a dinâmica das empresas regionais e a criação de valor acrescentado dentro da fileira da construção, atualizado em outubro de 2020.

C. Entrevistas e Publicações

O Presidente do CDR, Arquiteto Nuno Costa, no âmbito das suas atribuições, deu uma entrevista ao jornal Açoriano Oriental, a 03 de agosto, onde fala da criação da SR-AZO e dos problemas e desafios da profissão na RAA, correlacionados com a disciplina legislação, reabilitação, ordenamento do território, entre outros.

A 09 de dezembro, o Presidente deu uma entrevista à *Access Azores*, no âmbito de um projeto intitulado «conversas e (entre)vistas», que se baseia numa conversa/entrevista, em ambiente virtual e informal, com diversas personalidades e organizações ligadas às temáticas da acessibilidade, mobilidade, sustentabilidade, desenvolvimento, comunidade e território nos setores do turismo, cultura e desporto.

5.5.2. Gestão de Membros

O responsável pela Gestão de Membros da Secção Regional, em conjunto com os serviços partilhados da OA e de acordo com o preconizado no EOA, tem garantido a informação, esclarecimento e acompanhamento das candidaturas a membro estagiário e efetivo da OA e a prossecução dos pedidos de suspensão.

A 31 de dezembro de 2020, a SR-AZO contava com 285 membros ativos, distribuídos por 8 das 9 ilhas do Arquipélago, de acordo com a seguinte tabela:

MEMBROS SECÇÃO DOS AÇORES POR CONCELHO					
ILHA	MEMBROS		CONCELHO	MEMBROS	
Santa Maria	2	0,7%	Vila do Porto	2	0,7%
São Miguel	167	58,6%	Ponta Delgada	123	43,2%
			Ribeira Grande	21	7,4%
			Lagoa	14	4,9%
			Vila Franca do Campo	5	1,8%
			Povoação	2	0,7%
			Nordeste	2	0,7%
Terceira	72	25,3%	Angra do Heroísmo	59	20,7%
			Praia da Vitória	13	4,6%
Faial	22	7,7%	Horta	22	7,7%
Pico	13	4,6%	São Roque	7	2,5%
			Madalena	3	1,1%
			Lajes	3	1,1%
São Jorge	6	2,1%	Velas	6	2,1%
Graciosa	1	0,4%	Santa Cruz	1	0,4%
Flores	2	0,7%	Santa Cruz	2	0,7%
Corvo	0	0,0%	Vila do Corvo	0	0,0%
	285	100,0%		285	100,0%

A. Admissão e suspensão

Em 2020, após 16 de julho, foram recebidas diversas solicitações de membros, a saber:

- 2 pedidos de Admissão a Estágio;

- 2 pedidos de Alteração de Entidade de Acolhimento;
- 5 pedidos de Conclusão de Estágio;
- 5 pedidos de Admissão de Membros;
- 2 pedidos de Suspensão de Membros.

B. Declarações

Relativamente à **Certificação Profissional**, foi solicitada a emissão de Declarações Genéricas e Declarações Específicas, cujos serviços foram assegurados em conjunto com os Serviços partilhados da OA.

Em particular, no que se refere à emissão de Declarações Específicas, foram solicitados 6 pedidos, a saber:

- 2 Certidões de Coordenação de Projeto;
- 3 Certidões de Direção de Fiscalização de Obra.
- 1 Certidão de Direção de Obra.

C. Cédulas Profissionais

Foram emitidas, a pedido dos membros interessados, 9 Cédulas profissionais.

D. Email institucional

Foram criadas e disponibilizadas, a pedido dos membros interessados, 9 contas de correio eletrónico com os domínios da OA.

5.5.3. Gestão Financeira

Antes de mais, importa clarificar que, em conformidade com a alínea b) do artigo 27.º do EOA, compete à Assembleia Regional “aprovar o plano anual de atividades do conselho diretivo regional e o seu relatório”.

Assim, em conformidade com os artigos 27.º e 29.º do EOA, não é da competência do CDR e da Assembleia Regional a aprovação de Orçamentos ou Relatórios de Contas.

Adita referir que, em conformidade com a alínea g) do artigo 21º do EOA, o fecho do orçamento da SR-AZO será efetuado em sede própria, em conjunto com os outros Conselhos Diretivos Nacional e Regionais, aquando a elaboração do Relatório Anual de Contas 2020.

Posteriormente, conforme disposto nas alíneas a) do número 1.º do artigo 19.º e b) do artigo 25.º do EOA, será submetido pelo CDN à Assembleia de Delegados, para discussão e aprovação acompanhados do respetivo parecer elaborado pelo Conselho Fiscal Nacional.

5.5.3.1. Orçamento e financiamento

Atendendo a que o número de membros inscritos na SR-AZO, a par das Secções Regionais da Madeira, Alentejo e Algarve, não permite que subsista apenas da sua receita estrutural, inclusivamente nas atividades respeitantes ao regular funcionamento dos serviços prestados pela OA e ao cumprimento das atribuições e competências estatutárias confiadas aos respetivos órgãos sociais, foi criado um fundo de equilíbrio que permitiu terminar com um salto positivo.

Importa salientar que o ano de 2020 foi um ano atípico, sem precedentes. Inclusive, existia um vazio de instrumentos de gestão administrativa e orçamental, incluindo a aprovação pela

Assembleia de Delegados de um protocolo de repartição da receita da quotização entre os diversos órgãos diretivos nacional e regionais, previsto no EOA.

Face a estas circunstâncias, ocorreram diversas reuniões entre o Conselho Diretivo Nacional e Regionais, de modo a reunir um entendimento generalizado sobre a necessidade de haver um equilíbrio orçamental, culminando com a aprovação por maioria do Plano Geral de Atividades e Orçamento 2020, a 21 de novembro, pela Assembleia de Delegados.

O Plano Geral de Atividades e Orçamento para 2020, que permitiu ao CDN “perceber o impacto daquele ou outro modelo que se venha a equacionar nos próximos anos na sustentabilidade e equilíbrio financeiro da OA, nos recursos humanos, nos serviços que prestamos, na resposta que estamos obrigados a dar, aos membros e à sociedade em geral”.

Desde difícil e árduo processo, emanou a consciência e o compromisso que a repartição para o ano de 2021 seria deferente, de modo a assegurar a viabilidade económica das 7 secções regionais, com condições condignas ao exercício das competências que lhes foram atribuídas democraticamente.

5.5.3.2. Tesouraria

O CDR, através do seu Tesoureiro e com o apoio dos serviços financeiros da OA, procedeu junto de uma agência Millennium BCP, em Ponta Delgada, ainda que com alguns imprevistos, à abertura de conta para a SR-AZO, seguindo o estabelecido no âmbito do Acordo de Cooperação Interadministrativo.

De referir, que a Direção da anterior Delegação dos Açores da OA procedeu ao fecho da conta bancária existente ainda durante o seu mandato.

A SR-AZO iniciou as suas funções, sem qualquer verba, ou sequer fundo de maneiço, que permitisse a prossecução de qualquer atividade.

Durante o ano de 2021, o CDR dependeu exclusivamente do CDN para o pagamento das despesas correntes com o normal funcionamento da SR-AZO, nomeadamente os custos da estrutura (despesas com a sede, vencimento da colaboradora, material de escritório e consumíveis) e os custos com os corpos dirigentes, entre outros.

Neste contexto, o CDR procurou, dentro do possível, diversificar as atividades realizadas e que estas não representassem um aumento de custos.

5.6. PROFISSÃO

5.6.1. Formação e Valorização

No campo de ação da formação para valorização profissional foi dada continuidade à calendarização e programas formativos já implementados pelas extintas Secções Regionais Norte e Sul, que envolve a formação dirigida aos membros estagiários e a formação contínua. Paralelamente, foi estudado, entre todos os Conselhos Diretivos Nacional e Regionais, o Plano de Formação Único 2021, disponível a todos os membros da OA em igualdade de circunstâncias.

Com grande incidência na formação à distância, implementada no período inicial da pandemia (ainda pelos anteriores corpos dirigentes), permitiu, nessa fase de transição e reorganização, que os arquitetos estagiários dessem continuidade à formação obrigatória para o processo de inscrição, assim como, os profissionais acessem a formações que de outra forma não teriam possibilidade de frequentar.

É certo que as formações em formato e-learning representam uma mais valia para a realidade geográfica da SR-AZO, com os benefícios decorrentes no seu acesso.

A par destas formações e-learning, o pelouro da Formação da SR-AZO, trabalhou com o objetivo de também implementar na RAA formações presenciais, de modo a diversificar e melhor responder às necessidades formativas dos seus membros. Estas formações presenciais irão acontecer no decurso de 2021.

Os membros da SR-AZO marcaram presença nas formações, verificando-se 35 inscrições em 23 ações de formação, de 16 de julho a 31 de dezembro.

A. Membros inscritos

- 32 Membros estagiários;
- 2 Membros efetivos;
- 1 Não membro (residente na RAA).

B. Ações de Formação

- Estatuto e Deontologia - 12 membros estagiários;
- Honorários em Arquitetura - 3 membros estagiário;
- Instrução de Processo - 2 membros estagiários;
- Coordenação de Projeto - nível 1 - 1 membro estagiário + 1 membro efetivo;
- Coordenação de Segurança em Obra - 0 membros;
- Gestão e Fiscalização de Obras - 1 membro estagiário;
- Direção de Obras - 2 membros estagiários;
- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) - 4 membros estagiários;
- Reabilitação Estrutural do Edificado Antigo Corrente - 5 membros estagiários;
- Manutenção e Conservação do Edificado - 1 membro estagiário;
- Introdução ao BIM - 1 não membro;
- Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP) - 1 membro estagiário;
- Propriedade Horizontal - 1 membro efetivo.

5.6.2. Apoio à Prática: técnico e jurídico

O serviço de apoio técnico ou jurídico para o esclarecimento de dúvidas relativas à prática profissional apresentados pelos membros da SR-AZO está a funcionar através de atendimento presencial, por telefone ou e-mail na sua sede, em conjunto com os serviços partilhados da OA, ao abrigo do estipulado no Acordo de Cooperação Interadministrativo.

Nesta fase de implementação da SR-AZO, através dos serviços instalados na sua sede, foram prestados esclarecimentos de apoio à prática a 2 membros.

5.6.3. Concursos e Promoção

O Pelouro dos Concursos e Promoção da SR-AZO, tem vindo a desenvolver esforços para implementar um programa de concursos de ideias que envolva os 19 municípios da RAA, com os objetivos de democratizar o acesso à encomenda pública, contribuir para a escolha de soluções que melhor respondam às necessidades dos munícipes, implementar mecanismos de maior transparência na gestão de obras públicas, gerar debates e criar massa crítica em torno da Arquitetura, do Urbanismo, do Território, do Ambiente e do Património, tendo em vista a promoção da Arquitetura, valorização do espaço habitado (interior e exterior) e melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, tem estabelecido contactos junto de todas as autarquias da RAA, de modo a prestar assessoria técnica para a análise ou elaboração de processos de concursos.

A prestação destes serviços de Assessoria Técnica implica o enquadramento dos procedimentos nas atribuições estatutárias da OA e nos princípios que vinculam o adequado exercício da profissão, bem como, no Código de Contratação Pública (CCP).

Este trabalho tem sido desenvolvido com o apoio dos serviços partilhados da OA, ao abrigo do estipulado no Acordo de Cooperação Interadministrativo.

Neste âmbito, é de referir que:

- a) Apresentamos a proposta de assessoria técnica às Câmaras Municipais de Ponta Delgada, Nordeste e Praia da Vitória;
- b) Celebramos, a 23 de novembro, um acordo com a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo para prestação de assessoria técnica no âmbito do “**Procedimento de seleção prévia para ajuste direto do projeto de intervenção no Mercado Municipal de Vila Franca do Campo, Açores**”, tendo sido dado prossecução com a elaboração das peças do procedimento (Programa, Regulamento e Caderno de Encargos).
Para integrarem o Júri do procedimento como jurados efetivo e suplente indicados pela OA, o CDR deliberou indicar os membros Paulo Vieitas, n.º 11425, e Manuel Dinis, n.º 16589, respetivamente.¹

Paralelamente, a SR-AZO tomou conhecimento do anúncio de procedimento nº 12845/2020 relativo ao **curso limitado por prévia qualificação para a elaboração de projeto do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada**, publicado no DR nº218 de 2020-11-09, II Série.

No âmbito da sua atuação, com o apoio dos serviços partilhados, procedeu à análise e divulgação efetuada aos elementos que integram este Processo do Concurso, análise esta que reflete uma interpretação da legislação aplicável e cláusulas inerentes à encomenda pública e ao exercício da arquitetura, e que será divulgada aos nossos membros após o envio desta comunicação.

Procedemos à análise de procedimentos concursais relativos a estudos e projetos de arquitetura, atendendo que tem cabimento nas nossas atribuições a defesa da classe e dos nossos membros, assim como promover e veicular perante a sociedade, informações no domínio da encomenda pública que é indiscutivelmente um dos temas centrais das preocupações dos arquitetos.

5.6.4. Protocolos e Parcerias

O CDR procedeu ao levantamento dos protocolos celebrados por intermédio da extinta Delegação dos Açores da OA e da extinta Secção Regional Sul.

Da extinta Delegação dos Açores da OA, a SR-AZO herdou alguns protocolos, que necessitam de análise para eventual renovação, a saber:

- a) Protocolo com a Competir - Formação e Serviços, SA, com o objetivo de desenvolver a realização de ações de formação profissional;

¹ Salienta-se que, por decisão do CDR e consentimento da Autarquia, o procedimento só foi lançado e janeiro de 2021, para não coincidir com a época festiva, altura em que os membros, no geral, não dispõem da disponibilidade necessária para dar início a novos processos.

- b) Protocolo com o Grupo Bensaúde, oferecendo condições especiais no Hotel Marina Atlântico, Hotel Avenida, S. Miguel Park Hotel, Terra Nostra Garden Hotel, Estalegem dos Clérigos, Terceira Mar Hotel, Hotel Canal, Hotel Açores;
- c) Protocolo com a Electroeme, Lda - Reparações Elétricas Lda, com descontos nos serviços de cópia e papelaria, extensível a familiares e colaboradores da Delegação;
- d) Contrato de prestação de serviços de fornecimento e manutenção com Hugo Santos & Nuno Melo, relacionados com Marketing, Comunicação e Imagem Lda.

Da extinta Secção Regional Sul, temos:

A. Automóveis e Assistência

- a) SECOSE - Seguro Responsabilidade Civil Profissional c/ capital base 25.000 € permitindo reforço de capital com condições especiais; Vantagens na adesão outros seguros e serviços (pessoal/Profissional).

B. Banca

- a) BBVA - Condições especiais em Conta Pack Negócios BBVA, Soluções Leasing Negócios, Soluções Ordenados, Crédito Habitação Fácil Plus, PPR e Financiamento de Mestrado, MBA, Pós-Graduação e Doutoramento;
- b) BPI - Crédito Habitação (isenção custo avaliação aquando concretização da operação); Crédito Pessoal (reduções à taxa juro máx. vigor) Cartões de Crédito variados; Conta Ordenado;
- c) Banco Santander Totta - Condições especiais no Crédito Habitação.

C. Decoração e Arquitetura de Interiores

- a) Endal - 10% nas soluções de armazenamento;
- b) Lledó Iluminação - 15 a 20 % em diferentes produtos de iluminação;
- c) Dyrup - 40% na Gama Dyrup Premium e Gama Bondex; 20% na Linha Profissional e Gama Protecção; 15% em Acessórios Pintura;
- d) Robbialac - 35% em todos os produtos disponiveis nas lojas Robbialac.

D. Educação e Formação

- a) LNEC - 15% na inscrição em ações de formação promovidas pelo LNEC;
- b) Qualicad - 15% na inscrição em ações de formação promovidas pela Qualicad;
- c) FLAG - 25% em qualquer inscrição em cursos de calendário constantes do curriculum oficial FLAG;
- d) Ar.Co - 10% sobre a propina de alguns cursos;
- e) GALILEU - 50% na inscrição em qualquer curso constante do curriculum oficial da Galileu; 10% na inscrição em qualquer curso Microsoft Official Curriculum ou Pack Certificação Internacional.
- f) Hotelaria e similares
- g) Belver Hotels - 20%: Beta Porto Hotel, Grande Hotel Curia, Boa Vista Hotel, Hotel da Aldeia; 15%: Palácio Belmonte, Hotel Rural Monte Carmo, Porto D. Maria; 10%: Hotel Príncipe Real;
- h) Heritage Hotels - 15% e 25% - Hotel Janelas Verdes, Hotel Britania e Hotel Lisboa Plaza; acresce estacionamento gratuito e oferta de pequeno-almoço Americano Buffet ou Continental no quarto;
- i) Hospedaria do Convento - 10% sobre as tarifas de balcão;
- j) Hotel Dom Fernando (Évora) - 25% sobre as tarifas de balcão;
- k) Lugar ao Sol - 20% sobre o preço base de estadia para 2 pessoas; campanha de verão;

- l) Fontana Park Hotel - 15% sobre as tarifas de balcão (não acumulável com outras promoções em vigor);
- m) Hotel Gaivota (Ilha de São Miguel / / Ponta Delgada) - 30% sobre as tarifas de balcão e oferta do pequeno-almoço.

E. Informática

- a) HB PRO - 10% em serviços constantes na tabela em vigor;
- b) Infor, Lda | Archicad - 30% - Licença jovem arquitecto(p/ membros OA nos 3 primeiros anos de inscrição); 25% - acções de formação Infor (exclui acções de formação no âmbito de campanhas específicas);
- c) Bee Very Creative Electronic Systems - 15% na Bee The First Formação e Apoio;
- d) PC Clinic - 10% na tabela em vigor;
- e) RSANTOS Informática - 5 a 15% linha Office no formato A4; 20 a 25% linha Office no formato A3; e 20 a 25% apoio técnico.
- f) Lazer e viagens
- g) ACP - Automóvel Club de Portugal - Isenção de jóia; desconto 20% na 1ª quota anual;
- h) BCD Travel - 3 a 5% na programação de operadores turísticos; 1,5% nas passagens aéreas;
- i) CP - Desconto de 15% nos preços das viagens de comboio nacionais; - 15% em Classe Conforto no Alfa Pendular; - 15% em Primeira Classe no Intercidades.

F. Saúde

- a) Cute - Clínica Médica – Descontos nas áreas de Dermatologia, Cirurgia Plástica e Reconstrutiva, Cirurgia Vascular, Ginecologia/ Obstetrícia, Clínica Geral, Nutrição, Psicologia, Podologia, Estética e Tratamento Laser;
- b) Hospital Ordem Terceira - 20% sobre a tabela de preços em vigor em: consulta de especialidade, exames complementares de diagnóstico, tratamentos clínicos de enfermagem, cirurgias (internamento e ambulatório);
- c) Instituto Cardiovascular de Lisboa - 20% sobre a tabela em vigor;
- d) Instituto do Coração - 20% nas Consultas de Especialidade; 15% nos exames auxiliares de diagnóstico; 10% nos exames de medicina nuclear;
- e) Alcant'ra Fisio - Serviços e tratamentos de fisioterapia - 20% Fisioterapia, Osteopatia, Medicina Tradicional Chinesa, a Consulta de Ortopedia e Fisiatria; 15% Osteopatia; 10% em consultas de especialidade;
- f) Termas de Alfacache - 20% Tratamento de Termalismo Clássico e no SPA Termal (extensível ao agregado familiar do associado); 10% se levar novo cliente;
- g) Espírito Santo Saúde - Condições diferenciadas: Unidades Hospital Luz, Unidades Hospor, Hospital Santiago (Setúbal), Hospital Misericórdia (Évora), Hospital Residencial do Mar, C. Repouso Casa Leões, Residência Sénior Casas da Cidade;
- h) Clínica Dentária de São Paulo - Entre 40% e 60% sobre os valores de tabela em vigor; regularmente são efetuadas campanhas exclusivamente direccionadas aos membros da OA (ver Promoções Especiais);
- i) Ergovisão - Descontos diversos nas lojas do Grupo Visão.

G. Desporto

- a) Academia Life Club - Desconto sobre a jóia (conforme campanha em vigor). As condições são extensíveis aos familiares directos, desde que o arquitecto se torne sócio;
- b) Holmes Place - Condições especiais na adesão nos planos Top 17, Local | Total, Local | Parcial, PlaceEnergy, Local | Parcial | Energy, válido nos clubes Holmes Place Premium de Lisboa.

H. Serviços Especializados

- a) XECompex - 25% sobre os valores de tabela em vigor nos serviços de impressão e digitalização de pequenos e grandes formatos.

I. Imprensa

- a) Publico - 30% na assinatura digital (mensal, trimestral, semestral e anual); 37% na assinatura em papel, de 2ª a Domingo-

5.7. ARQUITETURA E SOCIEDADE

5.7.1. Cultura e Sociedade

O pelouro da Cultura e Sociedade, por falta de recursos humanos e financeiros nesta fase de implementação, centrou a sua atividade em eventos que não representassem uma sobrecarga adicional. Assim, apostou-se nos eventos que se desenvolvem de modo online, através das plataformas digitais.

A. Comemorações do Dia da Arquitetura

O âmbito das comemorações do Dia Mundial da Arquitetura, que se desenvolveram durante o mês de outubro, o CDR organizou:

- a) Conversa ao Estirador;
- b) Mostra de Arquitetura.

A "**Conversa ao Estirador**" pretendeu ser uma conversa informal, em formato online, entre colegas arquitetos residentes ou com trabalhos realizados na RAA, com o intuito de divulgar o potencial da Profissão e promover a Arquitetura junto da Sociedade.

Foram realizadas três sessões:

- Dia 15 de outubro, arquiteta Filipa Bettencourt a moderar a conversa com os arquitetos Chiara Bettelli, Luís Bettencourt e Paulo Lima. O tema dominante foi a relação entre cliente e arquiteto;
- Dia 22 de outubro, arquiteto João Monjardino a moderar a conversa com os arquitetos Ana Laura Vasconcelos, Fernando Monteiro, Pedro Maurício Borges e Rui Pinto. O tema dominante foi a descarbonização das cidades;
- Dia 29 de outubro, Igor Espínola de França a moderar a conversa com os arquitetos Albino Pinto, Bernardo Rodrigues e Carlos Sousa Dias. O tema dominante foi a Reabilitação Urbana.

A "**Mostra de Arquitetura**" teve como objetivos: promover e valorizar a Arquitetura, o Urbanismo, o Território, o Ambiente, o Património e a Paisagem; divulgar o potencial da Profissão, através de obras de autor subordinados às áreas mencionadas no primeiro item; comunicar com a Sociedade, dando a conhecer obras com valor arquitetónico, urbanístico ou paisagístico; contribuir para a criação de massa crítica na sociedade, no geral, em torno da cultura arquitetónica, urbanística e paisagística; e gerar a interculturalidade arquipelágica, através da seleção de um conjunto de obras edificadas na RAA.

Para o efeito, foi criado um Regulamento, de modo a estabelecer critérios de participação e de seleção das obras a integrar a mostra.²

Dando seguimento ao estabelecido no artigo 6.º do Regulamento - Constituição do Júri -, para

² Ver anexo 1.

selecção dos trabalhos a publicar, o CDR da SR-AZO deliberou convidar para membros do júri os arquitetos Andrea Henriques e Miguel Machado e a Historiadora de Arte Dr.ª Assunção Melo, enquanto membro da sociedade.

Foram recebidas as candidaturas de 23 obras, de 08 arquitetos/gabinetes.

Após deliberação do júri sobre as candidaturas que integram a Mostra de Arquitetura 2020, foi realizado o sorteio, nos termos do n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento, sendo que as obras serão publicadas a partir de janeiro de 2021 da rede social “Facebook” da SR-AZO da OA.

Acresce a estas duas atividades, a **selecção e envio de imagens icnográficas que representam os Açores**, para integrar em iniciativa conjunta dos Conselhos Diretivos Nacional e Regionais, divulgada nas redes sociais da OA.

B. Postal de Natal

Foi elaborado e enviado o postal de Natal a todos os membros da Secção, entidades regionais (governo regional, secretarias regionais, direções regionais, municípios, juntas de freguesia, associações culturais, entre outras), presidentes das secções regionais e de todos os órgãos nacionais da OA, assim como, a todos os membros do CDN, através de endereço de correio eletrónico.

C. Biblioteca

A SR-AZO dispõe de um conjunto de publicações que se encontram catalogadas e disponíveis aos membros da OA.

5.7.2. Arquitetura e Património

Os membros do CDR da SR-AZO estão atentos às situações relativas aos Planos de Salvaguarda do Património e aos processos de classificação de imóveis e intervenções no Património construído.

Numa esfera mais ampla, e que importa também cuidar, está a Reabilitação Urbana de cidades e aglomerados urbanos, cujas políticas nacionais e europeias, alienadas de quadros e fundos comunitários, apontam para a necessidade de primar pela sua preservação e recuperação, dignificando os espaços, interiores e exterior, que habitamos.

Neste sentido, o CDR procurou sensibilizar os diversos autarcas dos municípios da RAA, bem como, a sociedade, no geral. Os primeiros, através aquando as audiências para Apresentação de Cumprimentos, os segundos, através das iniciativas de âmbito cultural, divulgadas na rede social.

1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação

No âmbito da sua atuação, o CDR procurou sensibilizar várias autarquias da RAA para a importância de elaborarem os seus planos de Estratégia Local de Habitação (ELH), um instrumento de planeamento orientado para a resolução das situações de carência habitacional identificadas no 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que conta com o apoio do IRHU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

O Programa 1.º Direito constitui um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas e agregados que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. As soluções habitacionais estabelecidas no Programa 1.º Direito são distintas, podendo incluir arrendamento, reabilitação, construção nova e aquisição de prédios/frações e

terrenos. A reabilitação é assumida como a solução preferencial para a criação de soluções habitacionais, com reflexo nas condições de apoio oferecidas por este programa.

O CDR também identificou e divulgou as autarquias nos Açores que aprovaram ou se encontram a elaborar os seus planos.

5.7.3. Ordenamento do Território

Os planos regionais e municipais de Planeamento e Ordenamento do Território são cada vez mais o reflexo da responsabilização das secretarias e direções regionais com competências na matéria e dos municípios, sobre as opções políticas e técnicas em matéria de ordenamento do território.

Neste sentido, o CDR procurou sensibilizar os diversos autarcas dos municípios da RAA, bem como, a sociedade, no geral. Os primeiros, através aquando as audiências para Apresentação de Cumprimentos, os segundos, através das iniciativas de âmbito cultural, divulgadas na rede social.

6. CONTRIBUTOS

Na esfera da ação e das competências do CDR, foram elaborados vários documentos reunindo contributos, por solicitação do CDN ou por Direções Regionais do GRA, a saber:

- Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030

Elaboração de documento com os contributos da SR-AZO, enviado ao CDN, referente aos aspetos considerados relevantes à RAA, para constarem no documento *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030*, da autoria do Prof. António Costa e Silva.³

- Construção Sustentável SREAT (Secretaria Regional de Energia, Ambiente e Turismo)

Elaboração de documento com contributos e recomendações que visam refletir sobre as possibilidades de adoção de opções construtivas sustentáveis no setor turístico, nomeadamente em empreendimentos turísticos e no alojamento local, no sentido de influenciar a revisão de legislação que regulamenta estas matérias (regime jurídico dos empreendimentos jurídicos, as respetivas portarias, bem como o sistema de apoio financeiro competir +, etc.).⁴

- Projeto de Regulamento do Programa Bairros Saudáveis

Elaboração de documento com os contributos da SR-AZO, enviado ao CDN. Programa Bairros Saudáveis, criado pela Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020, de 1 de julho, retificada pela Declaração de Retificação nº 25-B/2020, de 23 de julho.⁵

- Contributos para sobre a Proposta de Lei n.º 41/XIV/1.ª (GOV)

Elaboração de documento com os contributos da SR-AZO, enviado ao CDN sobre a Proposta de Lei n.º 41/XIV/1.ª (GOV), que “estabelece medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos.”⁶

³ Ver anexo 2.

⁴ Ver anexo 3.

⁵ Ver anexo 4.

⁶ Ver anexo 5.

- Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética

Elaboração de documento com os contributos da SR-AZO, remetidos à Direção Regional da Energia.⁷

- Propostas de Lei 57/XIV e 59/XIV

Elaboração de documento com os contributos da SR-AZO, enviado ao CDN sob pedido da Comissão de Trabalho e Segurança Social, sobre Proposta de Lei 59/XIV que procede à simplificação dos procedimentos associados ao reconhecimento das qualificações profissionais, transpondo a Diretiva 2005/36/CE; e Proposta de Lei 57/XIV que transpõe a Diretiva (UE) 2018/958, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões.⁸

- Decreto-Lei do âmbito do Sistema de Certificação Energética de Edifícios

Por solicitação do CDN e para efeitos de colaboração, o Presidente do CDR deu conhecimento do pedido do Ministério do Ambiente e da Ação Climática para a OA se pronunciar sobre o projeto de Decreto-Lei que estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, transpondo a Diretiva (EU) 2018/844. Atendendo que se trata de uma legislação que será adaptada à RAA, remetemos a nossa participação para momento oportuno, aquando da respetiva adaptação à RAA.

7. APOIO AOS OUTROS ÓRGÃOS DA SR-AZO

7.1. MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

O CDR se disponibilizou e, com a colaboração dos recursos humanos, prestou todo o apoio de logística à Mesa da Assembleia Regional, aquando a realização da primeira Assembleia Regional da SR-AZO, ocorrida a 25 de novembro, pelas 21 horas, nomeadamente na divulgação da convocatória e verificação requisitos legais dos membros que manifestaram o interesse em participar, certificando-se que reuniam as devidas condições ao exercício dos seus direitos.

7.2. DISCIPLINA

O Presidente e outros membros do CDR participaram em diversas reuniões com todos os Conselhos Diretivos e Disciplinares da OA, Nacionais e Regionais, no âmbito da elaboração do Acordo de Cooperação Interadministrativo, onde também esteve presente o Presidente do Conselho de Disciplina Regional da SR-AZO, entre outros.

O CDR, na sua 3.ª Reunião Plenária, de 20 de agosto de 2020, aprovou por unanimidade subscrever o referido Acordo, apesar das suas imperfeições, estando presentes os Presidentes do Conselho de Disciplina Regional e da Mesa da Assembleia Regional.

O Acordo de Cooperação Interadministrativo previu que, para a prossecução das suas competências, e enquanto esta não dispuser de recursos próprios, o Conselho de Disciplina Regional tinha ao seu dispor dos serviços partilhados, designadamente o apoio dos seguintes assessores:

⁷ Ver anexo 6.

⁸ Ver anexo 7.

- a) Apoio administrativo (Sandra João);
- b) Apoio jurídico (Sara Fraga, José Pisco e Jorge Remédio Pires);
- c) Bolsa de Relatores Externos, membros arquitetos.

A 21 de novembro, foi aprovado pela Assembleia de Delegados o Plano Geral de Atividades e Orçamento 2020, sendo uma dotação orçamental para o Conselho de Disciplina Regional escasso, apesar do esforço para garantir o seu funcionamento.

8. PLANO DE ATIVIDADES 2021

Durante o mês de novembro de 2020 foi enviado aos membros da SR-AZO da OA o inquérito intitulado “Queremos a sua opinião!”.

Esta iniciativa, em auscultar os membros sobre os seus interesses e as suas prioridades, teve como objetivo auxiliar o CDR na tomada de decisão com vista a melhorar a qualidade dos serviços prestados pela OA e contribuir para a definição de temas e atividades prioritárias a integrar no Plano de Atividades 2021.

O inquérito estruturado em 4 grupos, procura conhecer quem somos e o que fazemos, recolher contributos para a elaboração do Plano de Atividades 2021 e avaliar alguns dos serviços disponibilizados pela OA.

Importa referir que responderam ao inquérito 48 membros. Tendo em consideração que a SR-AZO tem 284 membros ativos, de acordo com os números apurados e tidos em consideração no Plano de Atividades de 2020, corresponde a uma participação de 17% dos membros.

Neste sentido, foi elaborado um relatório com a análise e conclusões.⁹

⁹ Ver anexo 8.

9. ANEXOS

Anexo 1 - Regulamento da Mostra de Arquitetura 2020

Anexo 2 - Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030

Anexo 3 - Construção Sustentável SREAT (Secretaria Regional de Energia, Ambiente e Turismo)

Anexo 4 - Projeto de Regulamento do Programa Bairros Saudáveis

Anexo 5 - Contributos para sobre a Proposta de Lei n.º 41/XIV/1.ª (GOV)

Anexo 6 - Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética

Anexo 7 - Propostas de Lei 57/XIV e 59/XIV

Anexo 8 - Relatório do Inquérito - NOV. 2021, intitulado “Queremos a sua opinião!”

CHAMADA À PARTICIPAÇÃO

COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DE ARQUITETURA

Preâmbulo

O Dia Mundial da Arquitetura é celebrado na primeira segunda-feira de outubro, sendo que as comemorações se desenrolam ao longo do mês de outubro, o mês da Arquitetura. O tema é definido todos os anos pela UIA - União Internacional dos Arquitetos, sendo o mote de 2020 *Toward a better urban future*.

Neste âmbito, o Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos, por sua deliberação na sexta reunião plenária de 23 de setembro de 2020, pretende reunir e publicar uma mostra de arquitetura com valor arquitetónico, urbanístico ou paisagístico, de autores Açorianos ou obras edificadas na Região Autónoma dos Açores.

A participação é livre e representa uma oportunidade para divulgação de obras de Arquitetura junto da Sociedade, sem ter a pretensão de premiar os participantes. Porém, para garantir os princípios de imparcialidade e transparência nos procedimentos de seleção das obras que integrarão a mostra de Arquitetura, que o exercício desta natureza exige, é criado o presente regulamento.

Face ao exposto, o Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos invita os seus membros a partilharem as suas obras para publicitação na página do Facebook desta Secção Regional, nos termos que se propõe:

Artigo 1.º - Objetivos

A iniciativa tem como objetivos:

1. Promover e valorizar a Arquitetura, o Urbanismo, o Território, o Ambiente, o Património e a Paisagem;
2. Divulgar o potencial da Profissão, através de obras de autor subordinados às áreas mencionadas no primeiro item;
3. Comunicar com a Sociedade, dando a conhecer obras com valor arquitetónico, urbanístico ou paisagístico;
4. Contribuir para a criação de massa crítica na sociedade, no geral, em torno da cultura arquitetónica, urbanística e paisagística;
5. Gerar a interculturalidade arquipelágica, através da seleção de um conjunto de obras edificadas na Região Autónoma dos Açores.

Artigo 2.º - Participantes e obras

Só poderão ser objeto de participação:

1. As obras concluídas da autoria de Arquitetos, independentemente de serem públicas ou privadas;
2. As obras edificadas na Região Autónoma dos Açores, independentemente dos seus autores serem residentes ou não na Região;
3. As obras edificadas fora da Região Autónoma dos Açores, desde que os seus autores sejam naturais da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 3.º - Elementos a apresentar

Os elementos que deve apresentar são os seguintes:

1. Memória descritiva e justificativa com o máximo de 500 caracteres, incluindo espaços;
2. Quatro fotografias da obra construída em formato “JPEG”, com a dimensão de 1200 x 800 pixels;
3. Ficha técnica da obra;
4. Breve nota biográfica do autor, com o máximo de 250 caracteres, incluindo espaços.

Artigo 4.º - Apresentação das obras

A apresentação das obras deverá:

1. Ser formalizada durante o mês de outubro;
2. Ser entregue por via eletrónica para acores.geral@ordemdosarquitectos.org, mencionando em assunto “Dia Mundial da Arquitetura”;
3. Após a submissão do processo, irá receber um email de confirmação, como prova de entrega;
4. No caso de não receber a confirmação prevista no ponto anterior no prazo de 3 dias úteis, deverá entrar em contacto os serviços da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, para que averiguação da situação.

Artigo 5.º - Critérios de seleção

Compete ao júri a definição da avaliação, de acordo com a sua tipologia, programa e dimensão, obedecendo aos seguintes critérios:

1. Integração urbanística ou paisagística;
2. Qualidade formal;
3. Qualidade funcional;
4. Desempenho técnico;
5. Apresentação da obra/elementos.

Artigo 6.º - Constituição do Júri

O Júri, a designar por deliberação do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, será constituído por:

1. Dois arquitetos;
2. Um membro da sociedade.

Artigo 7.º - Competências do Júri

É atribuída ao Júri as seguintes competências:

1. Pedir dispensa de intervir sempre que tenha, a qualquer título, participado na conceção ou execução da obra, ou ser parente em linha direta ou até ao segundo grau da linha colateral;
2. Definir as ponderações a atribuir aos critérios definidos no artigo 5.º;
3. Conferir o cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 2.º e 3.º;
4. Proceder à apreciação e seleção das obras apresentados, ficando ao seu critério o número máximo de obras a publicitar;
5. Solicitar o apoio de peritos para, a título consultivo e sem direito a voto, o auxiliarem no exercício das suas funções;
6. Elaborar a ata com a fundamentação das tomadas de decisão.

Artigo 8.º - Comissão de gestão

Para garantir a confidencialidade das obras, é constituída uma comissão, composta por dois elementos responsáveis pelo pelouro da Cultura do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, a quem compete:

1. Assegurar a confidencialidade das obras a submeter à apreciação do Júri;
2. Organizar os elementos entregues por cada participante;
3. Numerar as obras a serem submetidas à apreciação do júri;
4. Após a receção da Ata do Júri com os resultados, elaborar a lista das obras seleccionadas;
5. Fazer o sorteio previsto no ponto n.º 2 do artigo 9.º, para ordenar as obras a publicitar;
6. Remeter a Ata com as tomadas de decisão do júri aos participantes, por sua solicitação.

Artigo 9.º - Formas de publicitação

A publicitação das obras seleccionados, nos termos do artigo 7.º, serão:

1. Publicitados na página do Facebook da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos;
2. Publicadas de forma aleatória, com base num sorteio;
3. A publicitação terá início no mês de novembro;
4. A periodicidade de publicação será definida pelos responsáveis pelo pelouro da Comunicação, preferencialmente em horário pós-laboral, mediante os assuntos que estiverem em curso.

Artigo 10.º - Fundamentação da exclusão

São motivos de exclusão:

1. O não cumprimento dos critérios de participação estabelecidos no artigo 2.º;
2. A não apresentação, no prazo indicado no n.º 1 do artigo 4.º, dos elementos instrutórios indicados no artigo 3.º;
3. As obras dos membros que integram o Júri e a Comissão de Gestão;
4. As obras dos membros que integram o Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, com exceção do suplente.

Artigo 11.º - Devolução de elementos

Não haverá lugar à devolução dos elementos entregues, atendendo ao formato de submissão das obras.

Artigo 12.º - Direitos de autor

Ao apresentar as obras, os autores cedem os direitos à Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos para partilhar os elementos entregues, no âmbito desta iniciativa.

Artigo 13.º - Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor a partir da sua publicação na página do Facebook da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos ou junto dos respetivos membros.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO “VISÃO ESTRATÉGICA PARA O PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DE PORTUGAL 2020-2030”

Após leitura e análise do citado documento, na sua generalidade, consideramos que se trata de um documento generalista, que aponta uma série de diretrizes e define a necessidade de implementação e desenvolvimento de vários planos sobre diferentes sectores de desenvolvimento da sociedade, definindo algumas intervenções concretas, mas que não apresenta fundamentação ou suporte científico e/ou académico que justifique a validade das orientações e medidas estabelecidas.

Todavia, o documento coloca o Arquipélago dos Açores numa posição estratégica para a recuperação económica de Portugal, na medida que refere o seguinte:

“O mar e em particular a Zona Económica Exclusiva (ZEE), com a extensão da plataforma continental, oferece a Portugal uma oportunidade de ouro porque no arquipélago dos Açores existem a norte, nos fundos marinhos, crostas de níquel, cobalto e manganês (as crostas são as de mais fácil extração); o arquipélago tem a sul uma das maiores manchas de sulfuretos polimetálicos do mundo e estes têm galena (donde se extrai chumbo), calcopirite (donde se extrai cobre) e esfalerite (donde se extrai zinco); e o arquipélago dos Açores é atravessado pela Fratura Dorsal Atlântica que permitiu a criação de uma série de campos hidrotermais onde existem ocorrências de ouro, cobre, prata, zinco e chumbo, mas que, neste caso, não devem ser extraídos. Estes campos hidrotermais têm associados recursos biológicos únicos, que vivem nas profundezas do oceano; sobrevivem a partir de uma espécie de quimiossíntese, porque a energia de que precisam resulta da síntese química dos sulfuretos de hidrogénio, que são letais para outras espécies. É um mistério biológico que interessa sobretudo às ciências da saúde e à indústria farmacêutica.”

É de salientar que, apesar da importância que é reconhecida ao Mar dos Açores, o documento “Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” apenas evidência como medida a criação da grande Universidade do Atlântico¹, que procura transformar os Açores “numa plataforma tecnológica para o estudo do clima, do oceano, da terra e da meteorologia”. E acrescenta que: “os Açores são uma das melhores localizações do mundo para este tipo de estudos e é fulcral ter um modelo integrado que contemple todas as vertentes: o oceano, o clima, a atmosfera, a previsão meteorológica, o mapeamento de recursos nacionais, a criação de *clusters* para o aproveitamento e desenvolvimento sustentável desses recursos”. Neste sentido, embora seja uma medida essencial ao conhecimento, desenvolvimento e internacionalização do Arquipélago dos Açores, tendo em consideração a possibilidade da extensão das ligações a universidades e centros de investigação internacionais, bem como, por ser a base para a definição de estratégias de atuação no território marítimo, de modo a não comprometer a sua sustentabilidade, consideramos que o documento “Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” é bastante redutor nos benefícios atribuídas à Região Autónoma dos Açores.

¹ Além da Universidade do Atlântico, o documento “Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” também apresenta outras medidas que consideramos complementares, também essenciais ao desenvolvimento do Arquipélago dos Açores, que são as seguintes:

- “Desenvolver um plano para reconverter o Porto da Praia da Vitória, nos Açores, numa espécie de estação para fornecer gás natural liquefeito aos navios que cruzam o Atlântico, estabelecendo um polo de *bunkering* no centro do Atlântico”;

- E “(...) o reforço das linhas de comunicação submarinas de alto débito entre o Continente, os Açores e a Madeira, posicionando o país para assegurar o fornecimento e cobertura da rede 5G para a área do Atlântico”.

Também o documento é claro ao reconhecer que os “Açores têm condições excelentes para serem promovidas como paraísos da biodiversidade, ligados à diferenciação da oferta turística, à observação e caracterização biológica, ecológica e paisagística, apoiando a proteção das reservas naturais, e desenhando projetos integrados para valorizar os recursos e apoiar o desenvolvimento das comunidades locais”².

Desta forma, tornam-se evidentes as potencialidades do Património Natural do Arquipélago dos Açores. Porém, não nos podemos descolar do Património Cultural, por ser indissociável e complementar ao Património Natural. A sustentabilidade e identidade de uma Região estão intrinsecamente dependentes da qualificação e potencialização do seu Património Natural e Cultural, face à diversidade existente em Portugal e em diferenciação com outros mercados.

Face ao exposto, consideramos que, apesar da centralidade e importância atribuída aos Açores, o documento “Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” deveria apresentar medidas concretas para:

- A melhoria da mobilidade interna e externa da Região Açores, marítima e aérea, em conjugação com a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa;
- E a proteção da orla costeira, o ordenamento do território, a reabilitação e revitalização do tecido urbano e a salvaguarda do património edificado, tendo em consideração as metas ambientais definidas e os problemas sociocultural existentes no Arquipélago dos Açores.

² O documento “Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” também reconhece que o “programa Internacional de lançamento de satélites nos Açores e o ecossistema criado pode impulsionar a produção e utilização de dados baseados em plataformas tecnológicas específicas, dedicadas à observação da Terra”, que reforça a posição geoestratégica do Arquipélago dos Açores no contexto global.

Objetivo do Grupo de Trabalho

Promover a adoção de opções construtivas sustentáveis no setor turístico, nomeadamente em empreendimentos turísticos e no alojamento local, no sentido de influenciar a revisão de legislação que regulamenta estas matérias (regime jurídico dos empreendimentos jurídicos, as respetivas portarias, bem como o sistema de apoio financeiro competir +, etc.)

Recolha de contributos dos elementos do Grupo de Trabalho, a serem incluídos nas várias portarias a nível do licenciamento.

Após a reunião do Grupo de trabalho no dia 29 de julho de 2020, pedimos os vossos contributos e recomendações, no âmbito da adoção de opções construtivas sustentáveis no setor turístico. Para tal, estruturamos este pedido atendendo ao diagrama apresentado, que resume os princípios da Construção Sustentável.



Preencha a tabela abaixo com os seus contributos/sugestões de opções construtivas sustentáveis dentro de cada um dos eixos correspondentes.

Design Integrado/Conceção do projeto

A promoção de ações de investigação, de formação e de discussão para/entre técnicos afetos à construção (arquitetos, engenheiros e construtores), e também com intervenientes ligados à ciência ambiental, geologia, etc., com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre:

- O impacto da atividade da construção sobre o meio ambiente, no contexto específico da RAA;
- As propriedades e possibilidades dos materiais endógenos da RAA;
- E métodos de diagnóstico e intervenção em reabilitação no âmbito da tradição construtiva da RAA e da sua sismologia.

Em prol do apuramento de melhorias quanto à sustentabilidade ambiental da construção civil na Região.

No caso particular do que respeita ao projeto de reabilitação, importa desenvolver que na atualidade, e tendo em conta a realidade nas 9 ilhas, é ainda difícil aceder a profissionais na área da construção (arquitetos, engenheiros e construtores) com experiência nesse âmbito, bem como aos equipamentos que permitem a realização de ensaios às estruturas existentes, essenciais à base de diagnóstico dos edifícios a reabilitar.

Gestão de água

Informação e sensibilização para as boas práticas no consumo da água potável da rede pública.

Incentivo (fiscal ou outro) à recuperação da prática tradicional de recolha doméstica de águas pluviais, para utilizações não sanitárias como descargas de autoclismo, lavagem de roupas, regas, ou outras, introduzindo diminuição de recurso à água sanitária da rede pública.

Levantamento das condições de abastecimento de água por ilha, com o estudo da possibilidade de cooperação intermunicipal, em casos de assimetria.

Levantamento e avaliação sobre a situação atual de saneamento básico na RAA, com especial atenção às zonas com densidade habitacional significativa localizadas junto à faixa costeira (nomeadamente zonas balneares) e a bacias hidrográficas. Construção de uma estratégia de ação concertada sobre o saneamento básico, promovendo o tratamento das águas residuais.

Gestão de energia

Passada uma década sobre a implementação do Sistema de Certificação Energética de Edifícios na RAA, torna-se pertinente avaliar os resultados da aplicação do Sistema e retirar conclusões sobre a situação atual, sobre os exemplos de maior sucesso, rentabilidade, durabilidade, tendo em conta a ampla diversidade de equipamentos associados à eficiência energética, tendo em conta a adaptação à climatologia dos Açores, no sentido de criar um roteiro de boas práticas, ou de soluções tipificadas com comprovado sucesso na região.

Premiação (fiscal / outra) dos casos de construção nova com classificação energética A+, ou dos casos de intervenção em existente com significativa melhoria de performance.

Materiais ecológicos

Tendo em conta a realidade arquipelágica, a produção de resíduos reveste-se de maior grau de preocupação, uma vez que a gestão do fim de vida de um material ou equipamento pode implicar o seu transporte inter-ilhas ou a sua exportação de regresso ao continente, com custos significativos. A revisão ou criação de uma estratégia sobre um sistema construtivo geral, especialmente adaptado à Região e com um mais reduzido impacto ambiental, será um desafio pertinente.

Dentro da lógica cada vez mais discutida sobre o encurtamento de circuitos de produção, consumo e reciclagem/reutilização, torna-se fundamental continuar a aprofundar e disseminar conhecimento sobre as possibilidades dos materiais de construção produzidos na Região. Nas madeiras, continuar a aposta na exploração da criptoméria com controlo sobre os tempos de crescimento, sobre o uso de químicos de apoio à produção, e com maior incentivo à exploração técnica das suas possibilidades como material estrutural e de revestimento. Realizar estudo sobre as possibilidades de maior exploração de outras espécies com aproveitamento comercial no sector da construção, nomeadamente madeiras alternativas à criptoméria, com maior densidade, por via a diminuir a importação de madeiras exóticas, porventura provenientes de produções não sustentáveis. A madeira é um material de construção, por natureza, ecológico, em que valerá sempre a pena apostar, dentro de parâmetros de exploração equilibrados.

Entretanto, temos a deteção da infestação por térmitas em várias ilhas nos últimos anos, facto que nos deve fazer refletir sobre as formas de importação de madeiras para a Região, bem como, sobre a degradação e abandono de alguns centros urbanos, que potencia a ocorrência de infestação. A não resolução deste problema implicará, julgamos, uma menor apetência pela utilização da madeira em geral, que é como sabemos, um material ecológico por natureza e com capacidade de produção local, o que não se verifica para muitos outros materiais na construção.

Sobre os inertes, atender ao equilíbrio entre a exploração e impacto ambiental, pensando na extração de basalto, de bagacinas, de areias do fundo do mar. Existe uma quantificação / estudo ambiental sobre o impacto destes tipos de extração na RAA?

Ter-se-á de observar também a questão do processamento dos materiais com problemas ambientais, pensando no exemplo particular das telhas com materiais tóxicos / cancerígenos, como as antigas telhas de fibrocimento que mereceram grande adesão no Arquipélago em décadas passadas e que se encontram ainda hoje disseminadas por diversos edifícios públicos e privados, de também diversas dimensões. Observa-se que o emprego desse material se deveu a razões próprias de economia, facilidade de manuseamento, peso, comportamento face à ação sísmica, etc., e que a sua aquisição e aplicação foi feita com normalidade, como um produto que se encontrava disponível no mercado, sem restrições. A legislação recente veio proibir o uso de materiais com tais características e criar regras para a sua remoção, situação que, devido à dispersão territorial, veio criar dificuldades acrescidas para os proprietários residentes em ilhas sem presença permanente de empresas certificadas para a remoção e processamento desses resíduos. Esta situação resulta em assimetrias no condicionamento dos investimentos de reabilitação, podendo potenciar irregularidades nesse processamento.

Há que caracterizar e mapear a presença efetiva atual dos materiais nocivos à saúde pública, percebendo a evolução da situação e preconizar uma ação global de intervenção sobre um problema que é de todos.

Qualidade do ambiente

O consumo do território é um fenómeno para que temos de olhar com cada vez maior atenção e preocupação. A disponibilização de novos solos para a urbanização através dos instrumentos de gestão territorial, ou de situações de exceção a estes, deve ser alvo do maior cuidado e parcimónia, sob pena de hipotecarmos esse maior recurso turístico que a RAA oferece, de uma natureza preservada, com uma paisagem desdensificada, rural, fora dos núcleos urbanos tradicionais.

O consumo de novo território, a que o desenvolvimento turístico muitas vezes vem pressionar também, é também prejudicial em relação à promoção da reabilitação dos tecidos construídos, urbanos e não só.

Após a leva de PDMs de primeira geração na RAA é necessário que a sua revisão promova muito mais contenção da expansão construtiva e o recentrar o focus sobre os núcleos existentes, com especial atenção à promoção da reabilitação do construído com reaproveitamento efetivo de estruturas e recuperação do nosso património construído ao invés da sua progressiva demolição generalizada.

Para uma abordagem mais incisiva e definitiva à reabilitação são necessários sistemas de incentivo financeiro criteriosos e a ampliação de recursos técnicos para análise e diagnóstico de estruturas, para a atividade de projeto com apoio em informação rigorosa e para a execução em obra por profissionais preparados e sensibilizados para a reabilitação.

A criação de uma tipologia de empreendimentos turísticos especialmente vocacionada para a intervenção em espaço urbano, especialmente na pequena escala (abaixo do dimensionamento de Hotéis e de Apartamentos Turísticos), à semelhança do Turismo em Espaço Rural, tendo como premissa base a reabilitação de património construído e o cerzimento da malha urbana, parece-nos uma medida de absoluta pertinência e já urgente.

Ainda a propósito da reabilitação do património construído, deve-se referir que a ausência de proteções de âmbito mais geral à construção vernacular corrente, ou de incentivos concretos à sua reabilitação, tem permitido o seu progressivo desaparecimento, quer por sobreposição ou substituição, quer até, em casos pontuais pela demolição com vista ao aproveitamento dos elementos de alvenaria e cantaria em nova arquitetura noutros locais. Urge defender o património construído da Arquitetura Popular dos Açores, promovendo a sua honesta reabilitação e dando lugar ao surgimento de soluções contemporâneas que não sejam predatórias em relação a esse património, mas que com ele dialogue.

Qualidade social

Tendo em conta a observação de outros destinos turísticos, o tema da luta contra a gentrificação é incontornável, por forma a procurar evitar-se atingir estados de especialização turística do território, onde deixa de existir vida local, cultura local, mas apenas serviços turísticos – alojamento e animação.

É fundamental que se estabeleçam e apliquem máximos de densidade turística no tecido construído, e mínimos de atividades complementares, de habitação socialmente diversa, de serviços não diretamente ligados ao turismo, de produção e transformação, dentro de parâmetros de compatibilidade. É urgente que se introduzam medidas de controle e compensação nesta vertente, após uma primeira geração de instrumentos de gestão territorial que promoveu o crescimento turístico, é fundamental uma nova orientação, adequada à evolução tida.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA BAIRROS SAUDÁVEIS

Após leitura e análise do citado documento, consideramos que o Programa Bairros Saudáveis, criado pela Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020, de 1 de julho, retificada pela Declaração de Retificação nº 25-B/2020, de 23 de julho, é uma iniciativa pertinente pela sua componente social, cultural e económica, que, a par da resolução de problemas intrínsecos às comunidades locais mais atingidas, suscetíveis ou vulneráveis à pandemia, promove o envolvimento entre as entidades e organizações locais, públicas e privadas, e com os seus habitantes, contribuindo para a fomentação e desenvolvimentos dos valores de cidadania.

Todavia, conforme estabelecido no ponto n.º 2 do artigo 1.º do Projeto de Regulamento do Programa Bairros Saudáveis, que abrange exclusivamente o território nacional continental, excluindo as Região Portuguesa Periféricas, nas quais se inclui a Região Autónoma dos Açores. Em conformidade, o ponto n.º 1 do artigo 7.º do mesmo projeto de regulamentação, que define as áreas territoriais de abrangência e coordenação regional (norte, centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), para apoiar a dinamização, implementação e desenvolvimento do Programa, não faz menção às Regiões Autónomas Portuguesas.

Face ao exposto, o Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, atendendo que:

- É, conforme ponto n.º 2 do artigo 26.º do diploma, uma iniciativa financiada pelo Ministério da Saúde, cuja dotação orçamental do Programa se encontra inscrita na Secretaria Geral do Ministério da Saúde, de âmbito nacional;
- E, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 14.º, se podem candidatar todas as entidades promotoras enquadradas na Lei n.º 30/2013, que inclui as entidades existentes nas Regiões Autónomas Portuguesas;

Considera que o programa deverá abranger as respetivas Região Autónomas Portuguesas, sem prejuízo da sua adaptabilidade face ao poder político-administrativo das respetivas Regiões.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE LEI N.º 41/XIV/1.ª (GOV) - “Estabelece medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos.”

Consideramos que a participação da Ordem dos Arquitectos é fundamental no processo de revisão Proposta de Lei n.º 41/XIV/1.ª (GOV), que “estabelece medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos”, atendendo ser de importância vital na prossecução do interesse público e, em especial, no tocante à Profissão de Arquitecto para: democratizar o acesso à encomenda pública em todo o território nacional; zelar pela transparência dos procedimentos inerentes à aquisição, contratação e/ou adjudicação de serviços de Arquitectura, desde a tomada de decisão sobre os procedimentos necessários a adotar (consulta prévia) até ao termo dos prazos de garantias; e garantir equidade no acesso à encomenda pública.

Tendo sido solicitado ao Conselho Diretivo Regional da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos o envio de contributos sobre o diploma supracitado, apesar do prazo definido de aproximadamente 48 horas ser manifestamente curto para a análise profunda que o assunto merece, vimos, após submeter à consideração de todos os membros eleitos que compõem os órgãos sociais desta Secção Regional, comunicar o seguinte:

- Deverá, numa plataforma única, ser tornado público todos os procedimentos inerentes à contratação pública, incluindo as consultas prévias previstas no artigo 35.º-A do CCP, para garantir a sua transparência;
- E, no caso em que as contratações públicas impliquem serviços que requerem a utilização de *softwares* específicos, como é o caso de Projetos de Arquitectura (onde se inclui Urbanismo e Paisagismo) e de Engenharia, deverá ser exigido, à semelhança das obrigações de ter a sua situação regularizada junto das Finanças e na Segurança Social, a apresentação de comprovativo da licença de utilização dos respetivos *softwares*.

Para concluir, consideramos que estas medidas, em particular a exigência de apresentação da licença dos *softwares*, permite autorregular a profissão e promover o combate à concorrência desleal.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO REGIONAL DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Após leitura e análise do documento Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE), o Concelho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, vem corroborar a importância do mesmo no apoio à elaboração de políticas energéticas para a Região Autónoma dos Açores, pela apresentação de ações pertinentes para os vários setores consumidores de energia, com vista à redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e diminuição do consumo de combustíveis fósseis (uso de energias renováveis no abastecimento do consumo de energia final, redução do consumo de energia primária e poupança de energia final).

Atendendo a que, segundo o PRAEE, as ações realizadas nos setores Residencial e dos Transportes serão as que irão originar maior redução de emissão de GEE e maior poupança nos consumos de energia primária e de energia final e que os benefícios económicos deverão resultar sobretudo das intervenções no setor Residencial, julgamos serem estes os setores que merecem intervenção prioritária, onde a partilha de esforços e o compromisso para o cumprimento das metas estabelecidas, deverá ser conseguido com a participação de todos os envolvidos. Há que apostar na criação de medidas e na sensibilização dos consumidores para uma maior consciencialização relativamente à necessidade de tornar mais eficiente o uso de energia.

É essencial o reforço na sensibilização das ações relativas à construção e ao ordenamento do território, que abrange vários sectores e é transversal a toda a população. Ainda que se julgue estar facilitada a implementação de medidas para as novas construções, pela sensibilização para a sua necessidade (trabalho que vem sendo conseguido também com a ajuda dos projetistas) ou por imposição legal de implementação das mesmas, tal não se verifica com a mesma frequência, em situações de alteração e beneficiação de construções, pelo que deverá haver maior aposta na sensibilização e incentivo para a reconversão e substituição dos sistemas existentes por outras soluções energeticamente mais eficientes. Neste sentido, deverão ser estabelecidas metas relativas à reabilitação urbana.

Julgamos já estarem a ser aplicadas medidas de referência e com resultados comprovados, com vista à redução/eliminação do gás butano, através da eletrificação de consumos, nomeadamente no incentivo à aquisição e instalação de sistemas de aquecimento de águas e climatização eficientes ou substituição de sistemas de aquecimento de águas e climatização antigos ou com recurso a combustíveis fósseis por sistemas eficientes.

Com a obrigatoriedade da realização dos Estudos de Comportamento Térmico e Certificação Energética dos edifícios, os requisitos mínimos exigidos para as novas construções ou grandes intervenções só são obtidos com a aplicação de isolamento térmico na envolvente opaca, com recurso a vidros e caixilharias com bom desempenho energético e com um sistema de ventilação eficiente. A implementação destes sistemas já não é opcional.

Tem-se verificado, junto dos gabinetes projetistas, uma cada vez mais fácil implementação das medidas impostas pelo Sistema de Certificação Energética, principalmente no setor residencial, dando-se também o caso do mesmo ser realizado e das medidas implementadas em situações em que a intervenção na edificação não está abrangida pela legislação vigente.

Sendo uma medida com retorno para o consumidor final, ao nível financeiro e de conforto térmico, é justificada a relação custo-benefício, passando a ser uma ação de mais fácil implementação junto da população. Com um consumidor consciente, desperto para os benefícios, e os preços mais competitivos, são alcançados resultados que vão para além do cumprimento dos valores mínimos exigidos.

Contrariamente ao que tem vindo a acontecer no setor residencial, a implementação de ações ao nível dos transportes rodoviários no setor privado tem verificado maior dificuldade. As medidas de incentivo à aquisição e a disseminação de pontos de abastecimento ainda não se sobrepõem ao elevado custo inicial do veículo.

Neste sentido, são medidas pertinentes promover iniciativas junto com os Municípios e organismos com competências de gestão territorial, no sentido de enquadrar as intervenções no território, regulando os planos de expansão das zonas urbanas, evitando a dispersão geográfica, concentrando os aglomerados populacionais ou setores de atividades, criando parques industriais e evitando situações dispersas.

Paralelamente, há que: privilegiar a construção nas zonas urbanas consolidadas, havendo uma maior aposta na reconversão e reabilitação do edificado existente, de modo a potenciar a sua sustentabilidade; sensibilizar para a aplicação de métodos de construção mais eficientes; privilegiar o uso de materiais locais e endógenos, reduzindo o uso de recursos importados e os custos associados; implementar sistemas de recolha de águas para posterior reutilização e aplicação de sistemas de controlo e redução da sua utilização.

Simultaneamente, todas as medidas que venham a ser implementadas, deverão ter em consideração o Património Cultural da Região, por ser aquele que nos caracteriza e confere identidade própria. Consequentemente, aquele que nos diferencia de outras culturas, ou seja, de outros destinos ou mercados. A sustentabilidade que todos desejamos, passa também pela preservação e integração dos sistemas tradicionais existentes, pelo que a legislação não pode ignorar este facto, devendo prever as devidas exceções ou adaptações, nomeadamente ao nível de edifícios ou aglomerados urbanos com valor patrimonial, inventariados, classificados ou em vias de classificação.

É necessário, reforçar os sistemas de incentivos, ainda que de forma temporária, com o intuito de incitar a implementação de ações que visem a Eficiência Energética, tanto por parte dos cidadãos como das empresas.

A sensibilização deverá ser feita junto do consumidor final, mas também junto dos projetistas, empresas de construção civil e fornecedores de materiais de construção e equipamentos, que muitas vezes têm uma grande responsabilidade no aconselhamento e seleção das soluções a adotar. É necessário sensibilizar para que o possam fazer de forma consciente, incentivando à aquisição de soluções mais sustentáveis e com menor custo de produção.

Assim, relativamente as ações específicas previstas no PRAEE, apresentamos as nossas considerações:

- A1 Substituição de dispositivos de iluminação

A prática de projeto mais recente ao nível dos edifícios tem vindo a incluir o Estudo Luminotécnico como novo requisito, por forma a garantir níveis de iluminação mínimos suficientes para o cumprimento regulamentar e criando base de informação para os Estudos de Comportamento Térmico e Certificação Energética.

Uma vez que a legislação sobre a iluminação designa fundamentalmente mínimos, a articulação desta ação às ações A55 e A56 (gestão/controlo de energia) parece fundamental.

- A2 e A3 - Otimização, controlo automático e substituição de dispositivos iluminação pública

O aumento da luminância a cada nova intervenção de renovação da iluminação pública é notório. Para fazer face, há fatores a considerar nas intervenções de revisão da iluminação pública:

- Com o eventual aumento de luminância, atender às formas de distribuição e espalhamento

dos feixes luminosos, por forma a evitar situações de iluminação indevida ou excessiva de espaços privados;

- Rever a iluminação pública cénica de edifícios/monumentos, por forma a acautelar/remover situações em que a iluminação cénica interfere com o conforto e segurança dos transeuntes (atenção especial a projetores embebidos em pavimento em locais de circulação pedonal);

- Articular o planeamento da iluminação pública com o planeamento ambiental, em particular no que se refere às zonas (ora periféricas, ora urbanas) de afetação à vida animal, por exemplo, das aves marinhas.

- A19 a A22 - AVAC

Sobre o AVAC - Aquecimento, Ventilação e Ar-Condicionado, pensamos que não é colocada suficiente tónica na componente Ventilação.

A Ventilação é um aspeto fundamental para o garante da Qualidade do Ar Interior, para combater as patologias da construção (promovendo as trocas de vapor de água) e tem grande propensão para a adoção por soluções energeticamente passivas, pelo que vemos que devia merecer especial menção neste segmento de fichas de ação dedicado ao AVAC.

A Ventilação, para além de elemento chave na qualidade do ar interior, pode ser rentabilizada também como contribuidora para o arrefecimento no período de verão e, quando devidamente controlada e complementada pelo Aquecimento, contribuidora para a desumidificação no período de inverno.

Ter-se-á ainda em conta a acrescida importância desta componente ventilação, no âmbito climático da RAA, que se caracteriza pela existência continuada de níveis de humidade do ar muito elevados.

Por outro lado, todo este segmento de ações ligadas ao AVAC terá de ser devidamente ponderado em relação com as conclusões do estudo proposto na ação A59 (Avaliação de necessidades de climatização), que nos parece um estudo com toda a pertinência e urgência.

- A28 Fontes de Energia Renovável - Sistemas Fotovoltaicos para Autoconsumo

Tratando-se de uma medida que se traduz num impacto energético significativo apenas se houver uma aplicação em larga escala, abarcando não só a indústria, como os serviços e a habitação, na edificação de grande e pequena escala e em ambos os meios urbanos e periféricos, torna-se fulcral o estudo e implementação de equipamentos com capacidade de integração arquitetónica.

O surgimento generalizado de equipamentos acessórios, com integrações menos cuidadas nas edificações, poderá vir a introduzir uma desqualificação na paisagem edificada, para além de eventuais problemas de resistência mecânica à ação do vento e situações de fraca durabilidade devido ao ar salino.

O estudo de soluções e ou definição de regras de integração dos painéis fotovoltaicos é tão pertinente quanto a sua valência em termos de contribuição energética. Salienta-se a necessidade de integrar técnicos qualificados em arquitetura para o efeito.

Neste particular, as mesmas questões se põem em relação aos sistemas solares térmicos.

- A33 Sistemas de digestão anaeróbia (para produção de biogás e fertilizante)

A ação prevista é inovadora no nosso meio e parece ter elevada valia em potencial. Será também uma boa oportunidade de continuar as intervenções de melhoria nos sistemas de saneamento básico na RAA.

- A43 Beneficiação da mobilidade suave

A mobilidade suave, referente ao uso de veículos de pequenas dimensões movidos por energia humana e/ou elétrica, como bicicletas, trotinetes e similares, é um campo com grande potencial não só para a Eficiência Energética e redução de GEE, como também para a requalificação ambiental dos espaços urbanos, em termos de disponibilização de espaço público, de segurança rodoviária, de melhoria da qualidade do ar, etc.

Em termos de infraestrutura pública parece fundamental, não só definir os espaços e as regras para a mobilidade suave, mas também (ter a firmeza para) começar a limitar/reduzir/taxar o uso individual do veículo ligeiro.

Para além de medidas de infraestruturação pública, seria interessante incentivar à adoção de medidas de adequação do espaço privado, como prever incentivos para soluções em edifícios que facilitem a mobilidade suave. Por exemplo, em edifícios de habitação coletiva, incluir a definição de espaços comuns para o armazenamento de veículos de mobilidade suave.

- A45 a A49 - Edificado

Identificamos duas ações fundamentais:

A45 - Certificação Energética - maior instrumentalização da Certificação Energética como veículo de consciencialização pública e plataforma de entrada para o diagnóstico da edificação existente.

É fundamental, em particular, na medida em que é preciso assumir cada vez mais que a nova construção deve ser cada vez mais reduzida e a intervenção sobre o construído cada vez mais a dominante.

O território é, também ele, um recurso finito.

Não podemos continuar a transformar território livre em paisagem construída indefinidamente. Especialmente num cenário em que se verificam, em termos gerais dinâmicas demográficas que apontam para a estabilização ou desertificação, com custos energéticos e ambientais associados à expansão dos espaços urbanizados e com um sector turístico em grande expansão, onde, talvez paradoxalmente, o grande lema é o da preservação ambiental, a natureza intocada, etc.

É fundamental, de uma vez, apostar-se fortemente na reabilitação do edificado. A Certificação Energética deve ser posta particularmente ao serviço deste grande desígnio que é transversal a questões energéticas, ambientais, culturais e económicas.

A46 - promoção dos NZEB - edifícios com necessidades quase nulas de energia, Nearly Zero Emissions Buildings.

De modo a atingir os objetivos definidos, devemos recorrer a: soluções construtivas sustentáveis; materiais endógenos; arquitetura bioclimática; sistemas de climatização ativos e passivos; e sistemas de geração de energia renovável.

Devendo o SCE Açores ser atualizado no sentido de uma maior exigência, apontando para a aproximação aos NZEB.

Sugere-se uma medida de estímulo conjunto às ações A45 e A46, que passaria por promover nos núcleos urbanos dos 19 Municípios Açorianos, um projeto piloto para a construção de um edifício NZEB de habitação e comércio/serviços, como ação de promoção de conceitos fundamentais - Eficiência Energética, Baixas Emissões de GEE, Reabilitação do edificado existente e reocupação dos centros urbanos com habitação. Este projeto seria desenvolvido com apoio governamental e com ação concertada da DREn, OA Açores, LREC.

- A47 substituição de vãos envidraçados

Não deixando de ser uma medida válida, só poderá ser entendida num quadro de devido diagnóstico global da construção, possivelmente realizado a partir da implementação da ação A45.

A substituição direta de caixilharias sem ponderação de todas as variáveis do comportamento térmico de um edifício pode resultar numa situação desequilibrada, em que o resultado da ação acarreta consequências negativas em proporção porventura superior ao benefício criado.

Como exemplo:

- Instalação de caixilharias de última geração, com muito baixa transmissão térmica, em edifícios em que a envolvente opaca seja de baixa resistência térmica, cria situações em que a caixilharia pode deixar de ser o local privilegiado para a ocorrência de condensações interiores, contribuindo para a ocorrência de patologias construtivas;

- Instalação de caixilharias de grande eficiência de estanquidade ao ar, sem estudo de soluções de ventilação e de sombreamento pode resultar na pioria da qualidade do ar interior e no agravamento de situações de sobreaquecimento.

- A48 Promoção do aproveitamento passivo de energia solar (vertente conforto térmico e iluminação natural)

À semelhança do ponto anterior, uma questão que só faz sentido no âmbito de uma análise integral de edifícios com vista à intervenção de melhoramento, pensando na intervenção no construído existente.

- A49 introdução de isolamento na envolvente opaca

Como os pontos anteriores, sujeita a uma avaliação de conjunto do edifício.

Acrescente-se que este ponto em particular tem implicado nas últimas duas décadas a importação crescente para a RAA de produtos de isolamento, que são na sua maioria derivados de petróleo (poliestirenos - XPS / EPS).

Estes produtos, de massa volúmica muito baixa, acarretam custos de transporte elevados, e produzem resíduos de construção que muitas vezes não são devidamente introduzidos no circuito de reciclagem.

Enquadrado no trabalho recente que tem sido desenvolvido sobre o aproveitamento de materiais endógenos, é importante aprofundar e alargar o estudo por forma a aumentar as soluções de construção sustentável disponíveis no mercado Açoriano.

Existem soluções de isolamento térmico/acústico de origem biológica que começam a surgir no mercado, baseadas na cortiça, na lã de ovelha e no cânhamo, entre outras, eventualmente. Poder-se-á incentivar a importação destes materiais e/ou estudar a possibilidade de produção local dos mesmos.

Dentro dos materiais de construção já presentes no mercado, temos os blocos de betão de escórias vulcânicas ainda como componente primordial das alvenarias standard na RAA. Será possível estudar evoluções deste material com maior performance de resistência térmica/maior sustentabilidade ecológica?

Nos estudos com vista à promoção da madeira produzida na RAA e seu ganho de quota no mercado da construção, será possível enquadrar soluções de isolamento térmico a partir de derivados da madeira ou subprodutos de aproveitamento dos resíduos da produção?

O teste de soluções inovadoras ao nível dos materiais poderia/deveria ocorrer na execução da



SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

Rua Dr. Vitorino Nemésio, n.º 2 a 4

9500-348 Ponta Delgada

T. +351 296 283 201

acores.geral@ordemdosarquitectos.org

iniciativa proposta de construção de edifícios piloto NZEB.

- A59 Avaliação das necessidades de climatização em edifícios da RAA

Este ponto parece-nos de essencial importância, na definição de necessidades programáticas, de critérios de ponderação para a tomada inicial de opções estratégicas no projeto de edifícios na RAA.

Neste sentido, conjugam-se dois fatores elementares:

- Necessidade - face ao conforto térmico e à adaptação da arquitetura à climatologia dos Açores;
- Relação custo-benefício - face aos custos de instalação e utilização/manutenção.

São já diversos os casos, um pouco por toda a Região, de edifícios com complexas e custosas instalações de AVAC, onde se verifica uma utilização prática residual dos sistemas e uma dificuldade de dar resposta às necessidades de manutenção regular.

Para concluir, sendo uma das premissas na recém criada Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos a valorização da Arquitetura, do Urbanismo, do Território, do Ambiente, do Património e da Paisagem, com vista ao desenvolvimento da Região e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, aproveitamos a oportunidade de transmitir a nossa disponibilidade para colaboração, no âmbito das nossas competências, em iniciativas de sensibilização para a Eficiência Energética.

CONSIDERAÇÕES:

- **Proposta de Lei 59/XIV que Procede à simplificação dos procedimentos associados ao reconhecimento das qualificações profissionais, transpondo a Diretiva 2005/36/CE;**
- **Proposta de Lei 57/XIV que Transpõe a Diretiva (UE) 2018/958, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões.**

Considerando a complexidade das propostas de Lei supra citadas, por fazerem referência à Lei n.º/2009, de 4 de março, ao Dec. Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, ao Dec. Lei n.º 937/2015, de 10 de março, à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, ao Dec. Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, à Lei n.º 99 /2009, de 4 de março e à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, entende o Conselho Diretivo Regional da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos que a respetiva análise deverá ser efetuada com o devido apoio jurídico.

Porém, face ao nosso entendimento sobre a matéria, apenas nos afigura dizer que a uniformização de critérios relativos à inscrição ou reconhecimento das competências para o exercício da profissão pelas associações ou ordens profissionais dos diferentes Estados-Membros, permite uma maior democratização, numa escala mais ampla, baseada em princípios de equidade e/ou igualdade.

No entanto, tendo em referência a alínea b) do ponto 1 do artigo 43º da Proposta de Lei 59/XIV, bem como, o ponto 1 do artigo 44.º da mesma proposta, onde se lê “(...) a formação no âmbito de programas sociais (...)”, parece-nos haver um certo facilitismo, apesar da exigência de realização de um exame.



Secção Regional dos Açores

QUEREMOS A SUA OPINIÃO!

Relatório do Inquérito - NOV. 2021

Rua Dr. Vitorino Nemésio, n.º 2 a 4
9500-348 Ponta Delgada
T. +351 296 283 201
acores.geral@ordemdosarquitectos.org

INDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS	4
2.1. Queremos saber quem somos	4
2.2. Queremos saber o que fazemos	6
2.3. Queremos que contribua para o Plano de Atividades 2021	10
2.4. Queremos que avalie os serviços da Ordem dos Arquitectos	14
2.5. Outras iniciativas sugeridas.	17
3. CONCLUSÃO.....	19

QUEREMOS A SUA OPINIÃO!

Relatório do Inquérito - NOV. 2021

1. INTRODUÇÃO

Durante o mês de novembro de 2020, o Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, na prossecução das competências que lhe foram confiadas democraticamente no passado dia 16 de julho, elaborou o inquérito intitulado “Queremos a sua opinião!”.

Esta iniciativa, de auscultar os membros sobre os seus interesses e as suas prioridades, tem como objetivo auxiliar o Conselho Diretivo Regional na tomada de decisão com vista a melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Ordem dos Arquitectos e contribuir para a definição de temas e atividades prioritárias a integrar no Plano de Atividades 2021.

O inquérito estruturado em 4 grupos, procura conhecer quem somos e o que fazemos, recolher contributos para a elaboração do Plano de Atividades 2021 e avaliar alguns dos serviços disponibilizados pela Ordem dos Arquitectos.

Importa referir que responderam ao inquérito 48 membros. Tendo em consideração que a Secção Regional dos Açores tem 284 membros ativos, de acordo com os números apurados e tidos em consideração no Plano de Atividades de 2020, corresponde a uma participação de 17% dos membros.

Infelizmente, esta participação ficou muito aquém do número de membros que participaram no ato eleitoral, que rondou os 70%.

Também é de salientar que, no que se refere às respostas destinadas aos membros que exercem a atividade no sector público ou privado, há 2 membros que respondem a ambas as situações. Presume-se que as respostas tenham sido dadas pelos membros que acumulam funções.

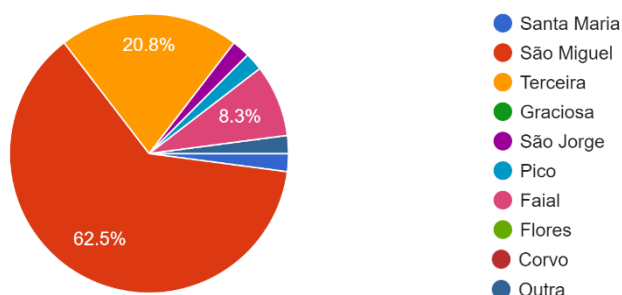
Face à observação de um membro, que refere que “este questionário não deveria começar pela introdução do número de membro, pois irá inibir muitos arquitetos na sua resposta”, importa esclarecer que foi o mecanismo encontrado para se poder validar os questionários submetidos, sendo que todos os membros do Conselho Diretivo estão, no âmbito das suas funções, obrigados a sigilo.

2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS

2.1. Queremos saber quem somos

A parte intitulada “Queremos saber quem somos”, tem como objetivo conhecer e caracterizar os nossos membros.

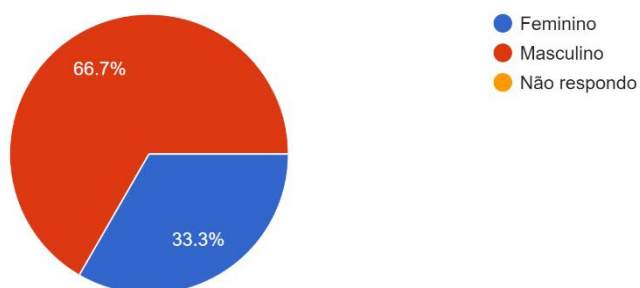
1. Área de residência: 48 respostas.



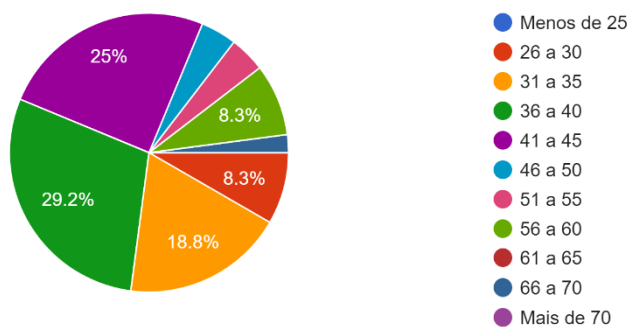
No que se refere à opção “outra”, responderam o seguinte:

N.º de membros	Área de residência
1	Lisboa

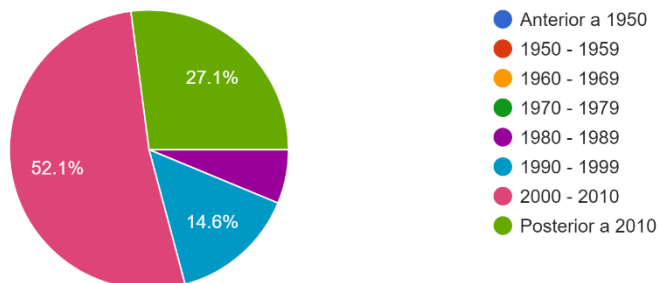
2. Sexo: 48 respostas.



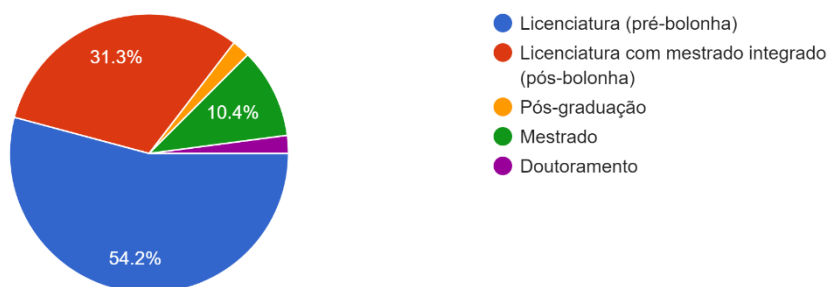
3. Faixa etária: 48 respostas.



4. Ano de conclusão do curso: 48 respostas.



5. Grau académico: 48 respostas.



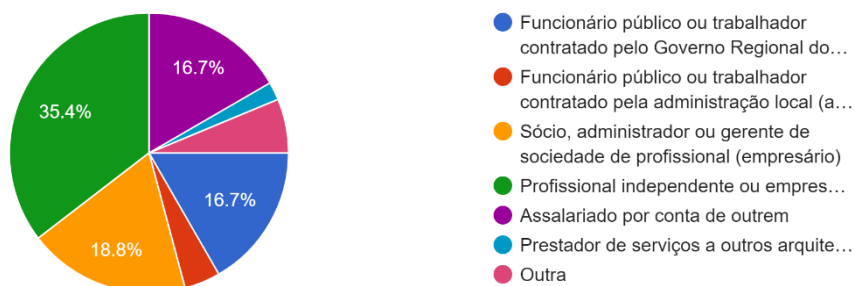
No que se refere a mestrado ou doutoramento, apurou-se as seguintes respostas:

N.º de membros	Grau/área de investigação
1	Doutoramento em Urbanismo (FA-UL)
3	Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento
2	Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
2	Mestrado Integrado em Arquitetura (não especificou o tema da tese)
	Mestrado Integrado em Arquitetura, cuja tese subordinada ao tema: CONTENTORES - Criadores de centralidade.
1	Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança
1	Mestrado em AUGI e autoconstrução Pós-Graduação em Gestão da SST

2.2. Queremos saber o que fazemos

A parte intitulada “Queremos saber o que fazemos”, também tem como objetivo conhecer e caracterizar os nossos membros.

1. Setor onde exerce a Profissão: 48 respostas.



Nota:

As legendas completas correspondem a:

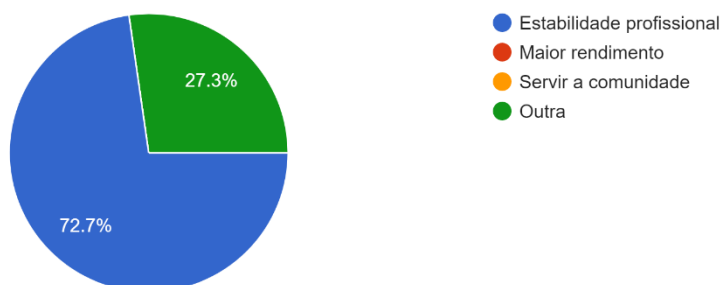
- Funcionário público ou trabalhador contratado pelo Governo Regional dos Açores
- Funcionário público ou trabalhador contratado pela administração local (autarquias)
- Sócio, administrador ou gerente de sociedade de profissional (empresário)
- Profissional independente ou empresário em nome individual (conta própria)
- Assalariado por conta de outrem
- Prestador de serviços a outros arquitetos ou sociedade de arquitetura
- Outra

No que se refere à opção “outra”, responderam o seguinte:

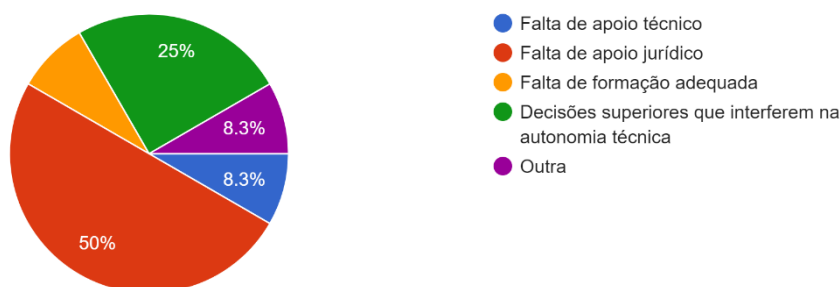
N.º de membros	Outra atividade/situação laboral
1	Investigação
1	Acumula funções como profissional independente e assalariado por conta de outrem
1	Acumula funções como profissional independente e prestador de serviços a autarquia
1	Exerce ao abrigo do programa Estagiar L numa autarquia

Questões destinadas a quem trabalha no setor público.

2. Razão pela qual trabalha em organismo da administração pública: 11 respostas.



3. Principal dificuldade sentida no exercício das atividades diárias: 12 respostas.



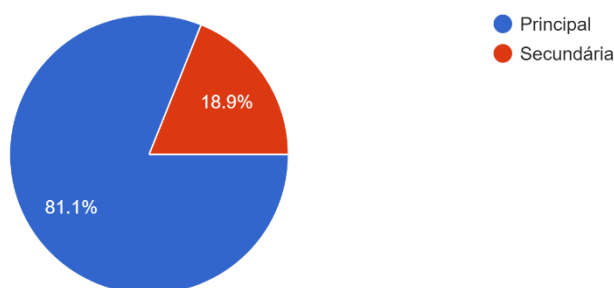
No que se refere à opção “outra”, responderam o seguinte:

N.º de membros	Dificuldade sentida no exercício das atividades diárias
1	Demasiadas responsabilidades tendo em conta a nossa formação e rendimento. Falta de uma carreira própria para exercício das funções que nos são impostas.

Sobre este contributo exposto por um inquirido, importa referir que, atendendo existir a carreira de técnico superior na função pública e que os Arquitectos são os únicos profissionais em Arquitetura habilitados a praticar os atos próprios da profissão no território nacional, qualquer que seja a forma ou modo de exercício, tal afirmação carece de melhor fundamentação ou esclarecimento adicional para a devida compreensão.

Questões destinadas a quem trabalho no setor privado.

4. Como exerce a atividade da arquitetura: 37 respostas.

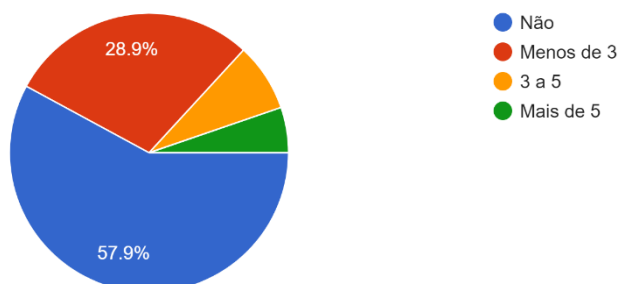


No que se refere à opção “secundária”, responderam como atividade principal o seguinte:

N.º de membros	Atividade principal em detrimento da arquitetura
2	Função pública
1	Avaliações imobiliárias
1	Formação profissional
1	Empresário na área do Turismo Rural

1	Rede de Alojamento Local
1	Arrendamento

5. Participação em concursos públicos nos últimos 10 anos: 38 respostas.



No que se refere à opção “não”, apesar de 4 membros de entre os 22 membros que não apresentaram o motivo pelo qual não participaram em concursos, houve membros que apresentaram várias razões. Assim, os motivos apresentados foram os seguintes:

a) Reportados a concurso no âmbito de recursos humanos:

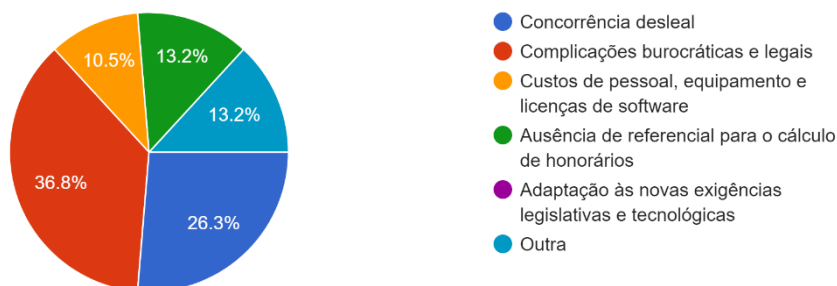
N.º de membros	Motivo da não participação em concursos públicos no âmbito de recursos humanos
1	Falta de concursos públicos na região, transparentes e acessíveis a todos.
1	Não vale a pena, geralmente estão atribuídos.
1	Raramente aparecem vagas para a minha área profissional e quando aparece "normalmente" destinam-se a situações de regularização profissional existentes nas instituições. Num meio tão pequeno é fácil ter acesso a este tipo de informação e posterior confirmação.

b) Reportados a concurso para elaboração de projetos:

N.º de membros	Motivo da não participação em concursos públicos para elaboração de projetos
5	Não é o enfoque da empresa ou preferência por trabalhos de encomenda privada.
5	Falta de disponibilidade/tempo.
2	Falta de recursos económicos.
1	Excesso de responsabilidade sobre os autores.
1	Existência de um número reduzido de concursos públicos, sendo que na Região Autónoma dos Açores são praticamente inexistentes.
1	Pressupõem como parte significativa da escolha o preço do projeto, sendo considerado um fator questionável.

1	Pressupõem a entrega de projeto de licenciamento ou execução em fase de concurso, considerado absurdo e levanta questões quando à validade do mesmo.
1	Caderno de encargo inexecutável.

6. Maior problema que os membros encontram no exercício da profissão: 38 respostas.



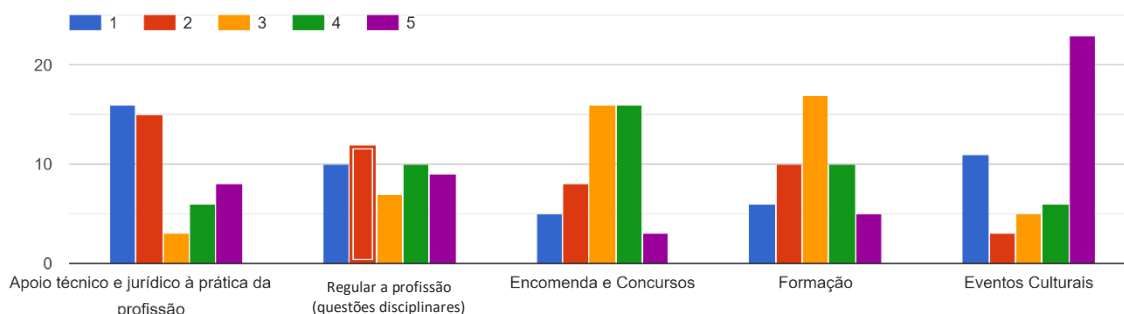
No que se refere à opção “outra”, os motivos apresentados foram os seguintes:

N.º de membros	Outros problemas encontrados no exercício da profissão
3	Valores de honorários são muito baixos.
2	Arquitetos que continuam a assinar os projetos elaborados por desenhadores.
1	Adjudicação da encomenda pública às mesmas entidades/empresas/prestadores de serviços.
1	Acumulação de funções entre o setor público e privado. Justifica que esta situação que gera “enormes promiscuidades e é particularmente danosa para arquitetos em início de carreira”, além do que “contribui para a deteriorar o valor da profissão e os honorários praticados”. De igual modo, salienta que “o técnico a cargo do projeto está numa situação privilegiada para garantir encomenda pública” ou “encomenda de IPSS financiada com dinheiros públicos” Acrescenta que, este arquiteto “pode estar em posição privilegiada para “aprovar” o “seu” próprio projeto, “vendendo” a ideia ao cliente de que optando por ele o projeto será garantidamente aprovado à primeira”, situação oportunista face ao facto de que o “público desconhece a importância da arquitetura.
1	Ausência de medidas eficazes na resposta às crises económicas cada vez mais frequentes ou com benefícios mediáticos que deterioram a profissão no seu conjunto, a médio e longo prazo.

2.3. Queremos que contribua para o Plano de Atividades 2021

Encontrando-se o Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos a elaborar o Plano de Atividades para 2021, com o objetivo de ir ao encontro das expectativas dos membros desta secção, foram formuladas questões para reunir os contributos dos seus membros, nomeadamente no que se refere aos serviços prestados pela Ordem dos Arquitectos, no geral, e a iniciativas e respetivas áreas temáticas.

1. Serviços ou competências que a Ordem dos Arquitetos desenvolve e que os membros consideram prioritário: 48 respostas.



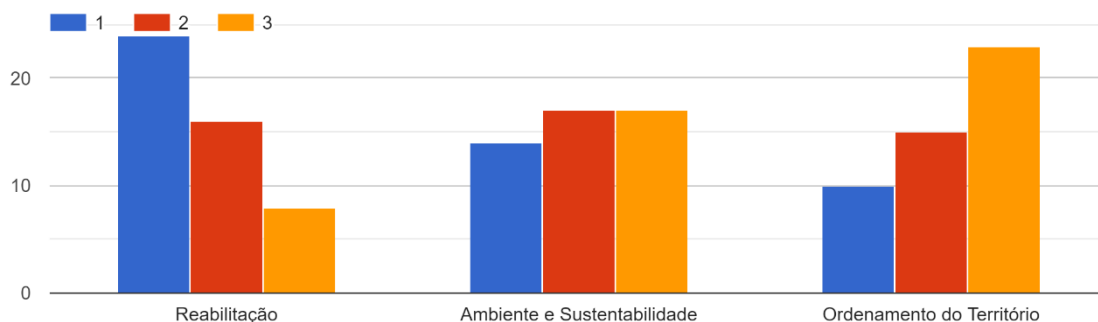
No que se refere à opção “outra”, 4 membros identificaram o seguinte:

N.º de membros	Outros serviços ou competências consideradas como prioritários
1	Apoio ou fomento da investigação nas áreas disciplinares da arquitetura e do urbanismo com enfoque nos Açores, face às limitações neste âmbito por parte da Universidade dos Açores e do FRCT, e tendo em conta que a promoção de melhores práticas na região está necessariamente ligada a um maior conhecimento sobre as especificidades do nosso contexto.
1	Recolha e divulgação de nova legislação.
1	Espaço de partilha informal entre colegas.
1	Regulamentação de Honorários.

Nota:

A regulamentação de honorários está dependente da Autoridade da Concorrência. A este propósito, recomenda-se a consulta da publicação: “Caderno Técnico n.º 2 - Honorários”, Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Sul, Getbliss, 2016.

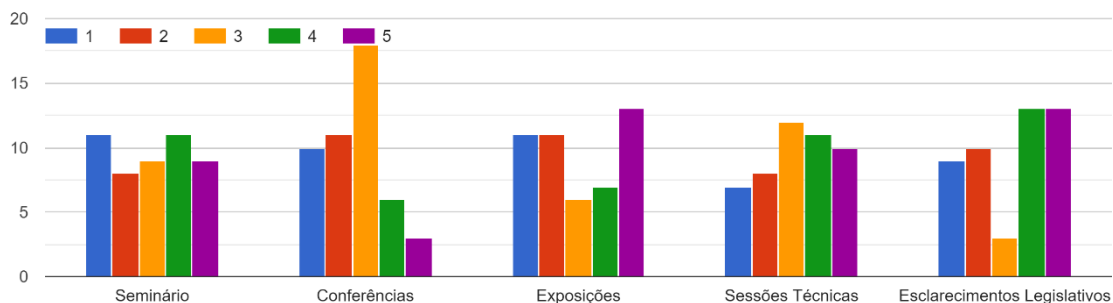
2. Área de formação considerada mais pertinente: 48 respostas.



No que se refere à opção “outra”, 6 membros identificaram o seguinte:

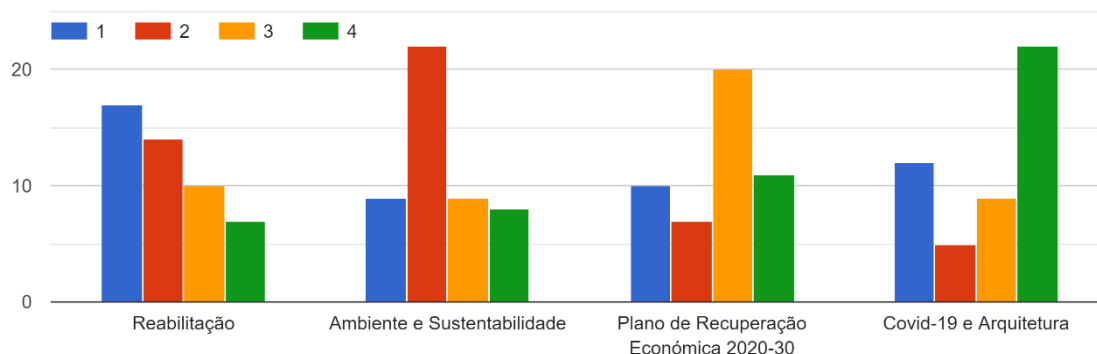
N.º de membros	Outros áreas de formação consideradas pertinentes
1	Tecnologias Computacionais.
1	Legislação e sua aplicação prática.
1	Direção e fiscalização de obra.
1	Segurança Contra Incêndios em edifícios.
1	Direção e fiscalização de obra.
1	Intervenção em Património Edificado.

3. Evento cultural considerado de maior interesse: 48 respostas.



No que se refere à opção “outra”, não houve contributos.

4. Tema considerado mais adequado a desenvolver num seminário ou conferência: 48 respostas.



No que se refere à opção “outra”, 3 membros identificaram o seguinte:

N.º de membros	Outros temas considerados adequados
1	Ecologia e resiliência urbana.
1	Responsabilidade social e psicológica da arquitetura.
1	Convidar arquitetos locais e estrangeiros a apresentar o seu trabalho.
1	Covid-19 e meios urbanos.
1	Habitação.
1	Urbanização nos Açores.
1	Economia circular
1	Território.

5. Outros temas ou iniciativas propostas pelos membros: 18 membros responderam.

No âmbito das iniciativas formativas e culturais, consideram-se adequados os seguintes temas:

- Seminários ou conferências: importância da arquitetura e dos arquitetos no poder público e para a sociedade, em geral; história da arquitetura e do urbanismo nos Açores; o presente e o futuro da arquitetura e do urbanismo nos Açores; regiões similares no mundo; intervenções em frentes de mar, em ambientes sísmicos, em obras de recuperação de tipologias locais e em ambientes sensíveis do ponto de vista ambiental e paisagístico;
- Ações formativas ou técnicas: ética e deontologia da profissão; problemática dos direitos de autor; honorários (concorrência desleal); questões de legislação; questões técnicas ligadas aos materiais; projetos de execução; cadernos de encargos; fiscalização de obras; térmica; acústica; BIM; desenho 3D; Photoshop; e Illustrator.

No que se refere a sugestões para a realização de outras iniciativas, foi apresentado o seguinte:

- a) Desenvolver estudos nas áreas da reabilitação, do ordenamento do território, do ambiente e alterações climáticas, a par de ações de sensibilização e formação;
- b) Promover ações de sensibilização junto da Sociedade para valorização da Arquitetura e da Profissão, nomeadamente:
 - i. Promover Sessões Educativas junto da população local (desde conferências e ciclos de arquitetura e património abertos ao público, idas a escolas, sessões junto das juntas de freguesia para esclarecimento, informação e promoção da arquitetura);
 - ii. Aumentar a divulgação das obras dos arquitetos;
- c) Promover o acesso à encomenda pública, assim como a transparência no acesso aos concursos públicos.

Nota:

Atendendo à ambiguidade de outras respostas apresentadas e à sua redundantes com as respostas dadas na questão n.º 9 do subcapítulo 2.4, estas encontram-se analisadas no capítulo 2.5 do presente relatório.

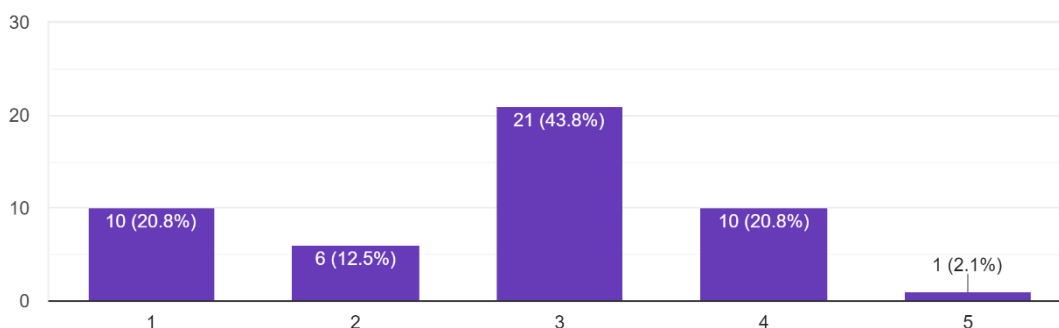
2.4. Queremos que avalie os serviços da Ordem dos Arquitectos

Para prossecução das suas competências, o Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços, formulou questões relativas aos serviços atualmente prestados pela Ordem dos Arquitectos, no geral.

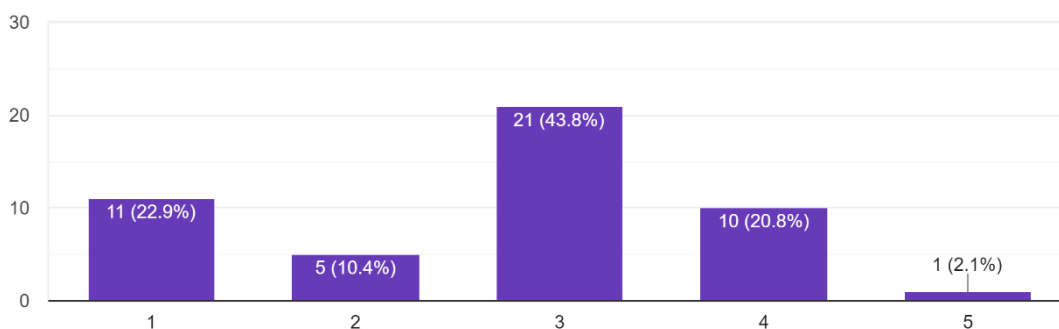
Nota:

Avaliação efetuada numa escala de 1 a 5, sendo que o 1 corresponde à avaliação mais baixa e o 5 à mais alta.

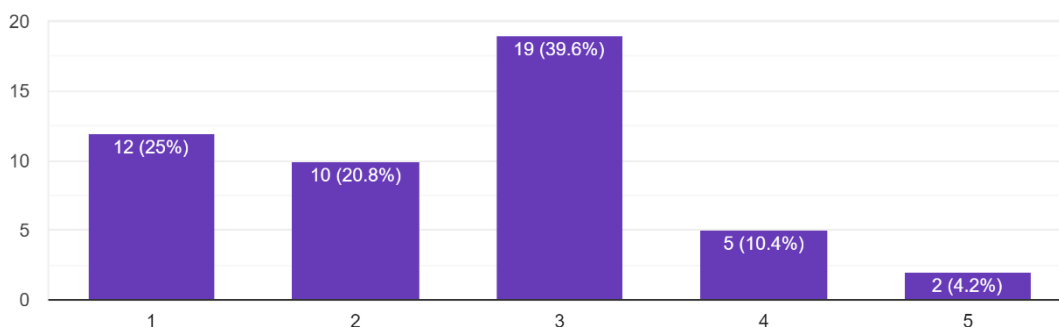
1. Avaliação dos serviços de apoio técnico à prática da profissão prestados pela Ordem dos Arquitectos: 48 respostas.



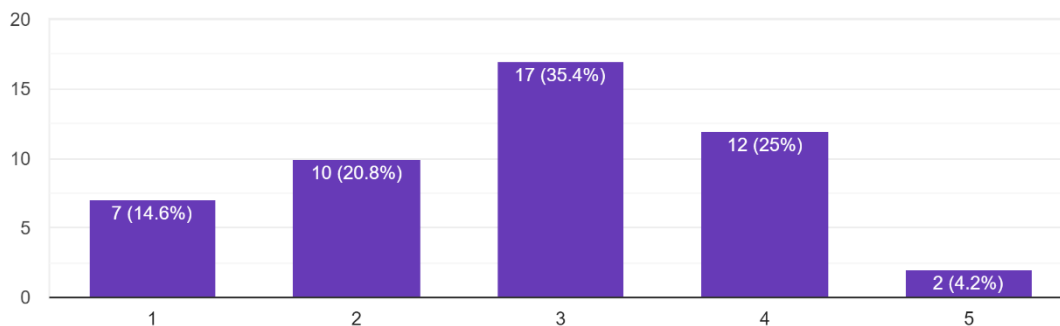
2. Avaliação dos serviços de apoio jurídico à prática profissional prestados pela Ordem dos Arquitectos: 48 respostas.



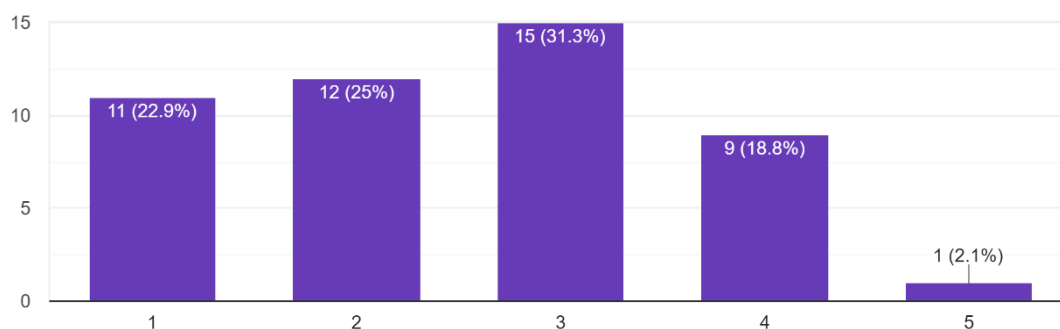
3. Avaliação dos serviços de encomenda e concursos prestados pela Ordem dos Arquitectos: 48 respostas.



4. Avaliação da oferta formativa disponibilizada pela Ordem dos Arquitectos: 48 respostas.



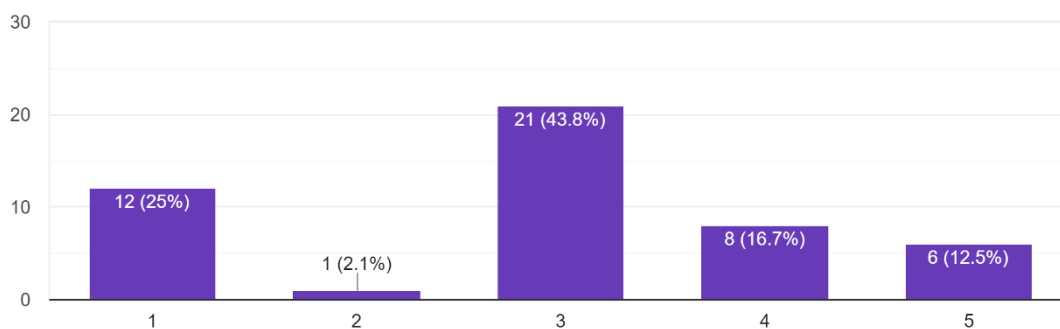
5. Avaliação dos eventos culturais organizados pela Ordem dos Arquitectos: 48 respostas.



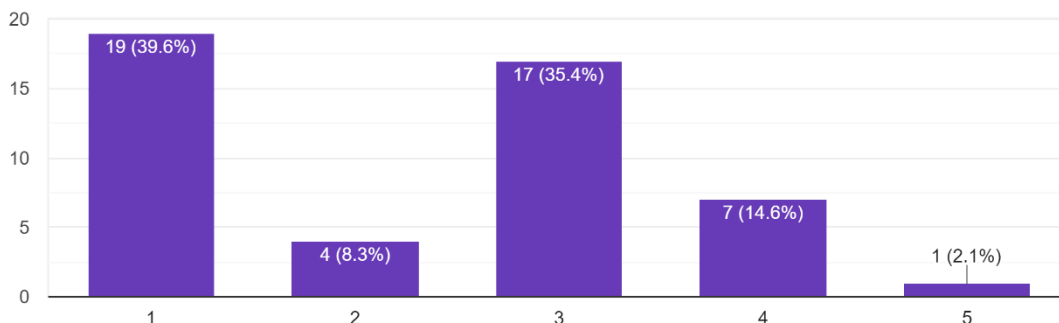
Nota:

Nas questões que se seguem, no caso de o membro não utilizar ou desconhecer o respetivo serviço, foi considerada a opção 1.

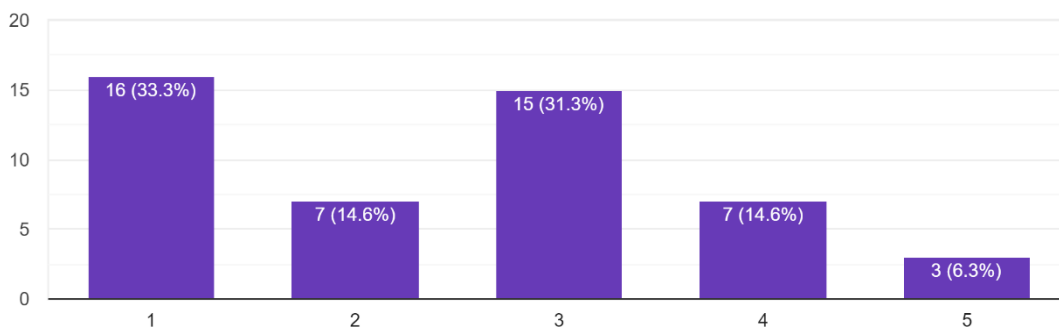
6. Avaliação da Cédula Profissional que a Ordem dos Arquitectos disponibiliza aos seus membros: 48 respostas.



7. Avaliação da utilidade do Cartão de Saúde oferecido pela Ordem dos Arquitectos aos seus membros: 48 respostas.



8. Avaliação do E-mail Profissional que a Ordem dos Arquitectos disponibiliza aos seus membros: 48 respostas.



9. Outros serviços que os membros gostariam que a Ordem dos Arquitectos disponibilizasse: 13 membros responderam.

- Plataforma web/site única oficial, da Ordem dos Arquitectos, que organize e distribua toda a informação existente, ao contrário dos vários sites existentes e dispersos, com imagens diferentes, que tornam confusa a busca de informação e a identidade da "Ordem" e dos arquitectos;
- Bolsa de arquitectos devidamente atualizada e de fácil acesso ao público;
- Tabela de cálculo de honorários, com ou sem ser aplicável a obras públicas;
- Parcerias com entidades diversas que disponibilizem condições especiais aos membros.

A propósito da avaliação dos serviços disponibilizados pela Ordem dos Arquitectos, os membros referiram a necessidade de:

- Reforçar os serviços de apoio jurídico com mais juristas, de modo a que a resposta aos membros seja mais célere;
- Reforçar os serviços de apoio técnico, de modo a prestar mais esclarecimentos;
- Disponibilizar todos os serviços disponibilizados aos membros a nível regional (com proximidade aos membros).

Nota:

Atendendo à ambiguidade de outras respostas apresentadas e à sua redundantes com as respostas dadas na questão n.º 5 do subcapítulo 2.3, estas encontram-se analisadas no capítulo 2.5 do presente relatório.

2.5. Outras iniciativas sugeridas

- a) Intervir junto do poder decisor, nomeadamente na discussão do ordenamento do território, na valorização da profissão e da prática de projeto, assim como na produção de legislação de âmbito regional;
- b) Intervir junto da Sociedade, no geral, para que se valorize a profissão e a arquitetura;
- c) Promover a proximidade e a unidade da classe, em particular, promovendo a união entre os membros que exercem nas autarquias e os que exercem no sector privado (parecem que funcionam em sintonias diferentes e com objetivos diferentes), com o objetivo de ver a profissão respeitada;
- d) Garantir o cumprimento da ética e deontologia da profissão, combatendo, por exemplo, “a venda de assinaturas a desenhadores ou desinformação em espaços camarários onde é subjetivamente oferecido uma única solução como projetista para aprovação de um projeto”;
- e) Proteger os arquitetos que trabalham de acordo com a deontologia da profissão, promovendo a boa prática da profissão, ou seja, através do exemplo do trabalho honesto e dedicado;
- f) Insistir na importância do arquiteto na administração pública, face ao facto de haver entidades que ainda não possuem arquitetos nos seus quadros, quando claramente a sua presença é uma mais-valia para o território;
- g) Garantir a dignidade da profissão do arquiteto através do serviço de apoio aos membros que exercem na função pública, nomeadamente na elaboração de pareceres (para combater a existência de pareceres mal fundamentados e abusivos por parte das entidades intervenientes nos diversos âmbitos de legalização de um projeto);
- h) Efetuar “diligências musculadas junto das Câmaras Municipais na defesa do trabalho do arquiteto que cada vez mais é jurídico e não de criação”;
- i) Implementar mecanismos de fiscalização e regulação da profissão, com vista ao estabelecimento de regras comuns para o exercício dos atos próprios da profissão;
- j) Fiscalizar os prestadores de serviços de arquitetura (software, seguros, contratos e demais requisitos ou legislação inerente à profissão), estabelecendo uma conformidade e obrigatoriedade de cumprimento entre todos os profissionais;
- k) Promover a uniformização de procedimentos e desburocratizar de processos nas câmaras;
- l) Legislar a obrigação da realização de projetos de execução e cadernos de encargos, como forma de valorizar a profissão e homogeneizar os honorários praticados;
- m) Promover a harmonização e interpretação legislativa;
- n) Promover a inovação e criatividade, tendo em consideração que é referido a necessidade de “abrir” a lei a novas perspetivas além das pensadas pelo RGEU»;
- o) Promover o aproveitamento de recursos locais;
- p) Promover a construção com recurso a materiais endógenos;
- q) Diminuir o número de cursos de arquitetura e de arquitetos.

Nota:

A propósito das alíneas b) e k), refere o membro que “não faz sentido que queiramos valorizar a profissão e não se consiga legislar a obrigação, por exemplo, da realização de projetos de execução e cadernos de encargos. Ficamos com discussões que não levam a lado nenhum sobre a tabela de honorários e não nos focamos em explicar ao público o porquê de sermos pagos x ou y por um projeto. Eu não vejo o público questionar o valor das comissões impostas pelas imobiliárias na compra e venda dos produtos imobiliários, porque compreendem a urgência do problema e a necessidade do profissional que têm à frente para a resolução desse problema. O mesmo acontece com os médicos,



SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

Rua Dr. Vitorino Nemésio, n.º 2 a 4

9500-348 Ponta Delgada

T. +351 296 283 201

acores.geral@ordemdosarquitectos.org

advogados e até os engenheiros, muitas vezes. Isso não existe no que toca à arquitetura. Eu aposto que se se fizer um levantamento junto da população local, uma percentagem muito significativa não conseguirá explicar o que faz um arquiteto e a sua necessidade. É por demais comum ver clientes a "aconselharem-se" com construtores durante a fase de projeto. Já me aconteceu inclusive de uma cliente justificar isso porque, segundo ela, "o construtor é que sabe de obra". Uma fatia muito significativa da nossa população olha para o projeto como uma obrigação imposta pelas Câmaras, um gasto, e não como um instrumento de valorização e planeamento do espaço, mas também dos trabalhos em obra e de gestão do seu próprio orçamento para a construção. Enquanto não conseguirmos explicar à população que não servimos só para fazer casas "modernas" e "gastar dinheiro em projetos", não vamos explicar o valor da nossa profissão. Quanto a mim, não é a impor uma tabela de honorários, que sabemos ser impossível de impor por razões várias, que vamos conseguir que as pessoas paguem por um projeto um valor justo e equilibrado".

3. CONCLUSÃO

Tendo em consideração a análise e o tratamento de dados dos membros inquiridos, o Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos pôde extrair algumas conclusões, que por sua vez reforçam os princípios por que se tem norteado.

Devido ao número de participantes, que se ficou pelos 48 membros, apesar de se considerar significativo em comparação a outros inquéritos, não é possível ficar a conhecer a classe com profundidade para se tirar partido da sua potencialidade individual e coletiva.

Todavia, verificamos que:

- a) Caracterização dos membros participantes:
 - i. 63% dos membros são residentes e exercem na ilha de S. Miguel, 21% na ilha Terceira e 8% na ilha do Faial;
 - ii. 2/3 dos membros são do sexo masculino e 1/3 do sexo feminino;
 - iii. 73% dos membros possuem idades compreendidas entre os 31 e os 45 anos;
 - iv. 52% dos membros terminaram o curso em arquitetura na primeira década do séc. XIX.

Ou seja, representam um grupo relativamente jovem, cuja maioria reside e trabalha na ilha de S. Miguel, são maioritariamente do sexo masculino e possuem cerca de 15 anos de experiência profissional.

- b) Habilitações dos membros:
 - i. 54% dos membros possuem apenas licenciatura pré-Bolonha;
 - ii. 31% dos membros possuem licenciatura com mestrado integrado;
 - iii. 10% dos membros possuem mestrado, sendo que a maioria na área de Património, Museologia e Desenvolvimento (ministrado pela Universidade dos Açores);
 - iv. Apenas 1 membro possui doutoramento em Urbanismo.

Ou seja, a maioria dos membros tem formação anterior ao processo de Bolonha, tendo-se ficado pela licenciatura.

- c) Enquadramento laboral:
 - i. 35% dos membros exercem como Profissional independente ou empresário em nome individual (conta própria);
 - ii. 19% é sócio, administrador ou gerente de sociedade de profissional (empresário);
 - iii. 17% é assalariado por conta de outrem;
 - iv. 17% é funcionário público ou trabalhador contratado pelo Governo Regional dos Açores.

Ou seja, a maioria dos inquiridos trabalha no setor privado como empresário em nome individual (vulgo, recibos verdes).

- d) Membros que trabalham em organismo da administração pública:
 - i. 72% dos membros trabalham em organismo da administração pública pela razão de estabilidade profissional;
 - ii. 50% dos membros que trabalham em organismo da administração pública indicam que a maior dificuldade é a falta de apoio jurídico;
 - iii. 25% dos membros que trabalham em organismo da administração pública indicam maior dificuldade são decisões superiores que interferem na autonomia técnica.

Ou seja, resignaram-se ao setor público pela estabilidade, em detrimento do exercício do setor privado. Necessitam de mais apoio jurídico e autonomia no exercício da profissão, que requer independência técnica.

- e) Membros que trabalham no setor privado:
- 81% dos membros que trabalham no setor privado exercem a atividade de arquitetura como prioridade;
 - 58% dos membros indicam que nos últimos 10 anos não participaram em concurso públicos, sendo que apontam como principais motivos a falta de disponibilidade/tempo e a facto de não ser o enfoque da empresa ou darem preferência por trabalhos de encomenda privada;
 - 29% dos membros indicam que participaram em concurso públicos nos últimos 3 anos;
 - 37% dos membros indicam como maior dificuldade complicações burocráticas e legais;
 - 26% dos membros indicam como maior dificuldade concorrência desleal.

Ou seja, a grande maioria dos membros exerce a arquitetura no setor privado, sendo que não depende da encomenda pública, que consideram praticamente inexistente (área a desenvolver). Tendo em consideração as dificuldades identificadas, verifica-se que há que trabalhar na simplificação e uniformização de procedimentos, assim como, no combate à concorrência desleal.

- f) Entre os serviços que a Ordem dos Arquitectos presta aos seus membros, estes indicam como prioritário o apoio técnico e jurídicos à prática da profissão, seguindo-se a necessidade de regular a profissão (questões disciplinares), a encomenda publica, a formação e, por último, eventos culturais;
- g) No campo da formação estabelecem como prioritária a áreas da reabilitação, seguido da área do ambiente e sustentabilidade e, em último, o ordenamento do território. Sugerem formação nas áreas de: ética e deontologia da profissão; problemática dos direitos de autor; honorários (concorrência desleal); questões de legislação; questões técnicas ligadas aos materiais; projetos de execução; cadernos de encargos; fiscalização de obras; entre outras;
- h) Ao nível cultural, consideram de maior interesse o seminário, seguindo-se conferências, exposições, sessões técnicas e, em último, esclarecimentos legislativos;
- i) Indicam como tema para a realização do seminário ou conferência a reabilitação e o ambiente e sustentabilidade.

Como temas alternativos, os membros indicam: importância da arquitetura e dos arquitetos no poder público e para a sociedade, em geral; história da arquitetura e do urbanismo nos Açores; o presente e o futuro da arquitetura e do urbanismo nos Açores; regiões similares no mundo; intervenções em frentes de mar, em ambientes sísmicos, em obras de recuperação de tipologias locais e em ambientes sensíveis do ponto de vista ambiental e paisagístico;

- j) Em complemento às atividades anteriores identificadas, sugerem que se deve:
- Desenvolver estudos nas áreas da reabilitação, do ordenamento do território, do ambiente e alterações climáticas, a par de ações de sensibilização e formação;
 - Promover ações de sensibilização junto da Sociedade para valorização da Arquitetura e da Profissão, nomeadamente:
 - Promover Sessões Educativas junto da população local (desde conferências e ciclos de arquitetura e património abertos ao publico, idas a escolas, sessões junto das juntas de freguesia para esclarecimento, informação e promoção da arquitetura);
 - Aumentar a divulgação das obras dos arquitetos;
 - Promover o acesso à encomenda pública, assim como a transparência no acesso aos concursos públicos.

- k) No tocante à avaliação dos serviços de apoio técnico e jurídico à prática da profissão, de encomenda e concursos, da oferta formativa e os eventos culturais, no geral, a maioria dos membros considera pouco satisfatória;
- l) No respeitante ao Cartão de Saúde e E-mail Profissional, os membros desconhecem ou consideram pouco útil;
- m) Com referência ao item anterior, em oposição, consideram satisfatória a Cédula Profissional;
- n) Os membros consideram que a ordem deveria apostar no seguinte:
 - i. Plataforma web/site única oficial, da Ordem dos Arquitectos, que organize e distribua toda a informação existente;
 - ii. Bolsa de arquitetos devidamente atualizada e de acesso ao público;
 - iii. Tabela de cálculo de honorários¹;
 - iv. Parcerias com entidades diversas que disponibilizem condições especiais;
 - v. Reforçar os serviços de apoio jurídico com mais juristas;
 - vi. Reforçar os serviços de apoio técnico.

Para finalizar, os membros consideram que, no geral, o Ordem dos Arquitectos deve:

- a) Intervir junto do poder decisor e da Sociedade, no geral, para que se valorize a profissão e a arquitetura;
- b) Promover a proximidade e a unidade da classe, com o objetivo de ver a profissão respeitada;
- c) Garantir o cumprimento da ética e deontologia da profissão;
- d) Promover as boas práticas da profissão;
- e) Insistir na importância do arquiteto na administração pública, atendendo que a sua presença é uma mais-valia para o território;
- f) Implementar mecanismos de fiscalização e regulação da profissão, com vista ao estabelecimento de regras comuns para o exercício dos atos próprios da profissão;
- g) Fiscalizar os prestadores de serviços de arquitetura (software, seguros, contratos e demais requisitos ou legislação inerente à profissão);
- h) Promover a uniformização de procedimentos e desburocratizar de processos nas câmaras;
- i) Legislar a obrigação da realização de projetos de execução e cadernos de encargos, como forma de valorizar a profissão e homogeneizar os honorários praticados;
- j) Promover a harmonização e interpretação legislativa;
- k) Promover a inovação e criatividade;
- l) Promover o aproveitamento de recursos locais e a construção com recurso a materiais endógenos.

¹ A regulamentação de honorários está dependente da Autoridade da Concorrência. A este propósito, recomenda-se a consulta da publicação: “Caderno Técnico n.º 2 - Honorários”, Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Sul, Getbliss, 2016.